



novembro 2018

- | | |
|--------|--|
| 19 SEG | 18h - Reunião Intercalar (7 ^º A)
19.30h - 5 ^º C - Questão disciplinar
23h - 02h: preparação de aulas e correção de testes |
| 20 TER | 19.30h - Reunião Intercalar (7 ^º C)
21h - Reunião sobre Inclusão
23h - 02h: preparação de aulas e correção de testes |
| 21 QUA | 16h - Reunião de grupo
17h - Reunião Intercalar (8 ^º B)
18.30h - Reunião com pais
21h - Reunião sobre a flexibilidade
23h - 02h: preparação de aulas e correção de testes |
| 22 QUI | 18h - Reunião de departamento
20h - Reunião do projeto Ciência
23h - 02h: preparação de aulas e correção de testes |
| 23 SEX | 17,30h - Trabalho com os profs do 1 ^º ciclo
19,30h - Reunião para preparar visita de estudo
21h - Processo disciplinar do Vítor J.
22h - Reunião com os pais do 8 ^º A |

**“O que está para lá do horário de trabalho
não deve existir nas escolas”**

(Tiago B. Rodrigues, ministro da Educação)

LEITURAS



Agamben, Giorgio
Estado de Exceção,
 Lisboa, Edições 70, 2010

Para o filósofo italiano Giorgio Agamben o estado de exceção moderno nega o princípio latino "*necessitas legem non habet*", isto é, "a necessidade não reconhece qualquer lei". Tal implica que, ao contrário do que acontecia no mundo antigo e no mundo medieval, a exceção se transforma em regra, ou seja, a necessidade deixa de ser delimitada no tempo para constituir "o fundamento

último e a própria fonte da lei" (p. 47).

As ditaduras são a principal forma do estado de exceção, pois não apenas suprimem a distinção entre legislativo e executivo, governando por decretos autoritários, mas porque, o "direito do Estado" sobre os indivíduos sobrepõe-se aos direitos e liberdades do indivíduo que para a tradição jusnaturalista constituem o fundamento da legitimidade do Estado político e do direito de insurreição quando são violados, como defende a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. No entanto, o estado de exceção pode irromper na própria liberal-democracia quando o governo se transforma no principal legislador através de autorizações legislativas que lhe são concedidas pelos parlamentos, facto que se torna de certo modo banal e recorrente nos casos em que um partido ou uma coligação de dois ou mais partidos alcançam uma maioria absoluta ou, como no caso do governo húngaro de Victor Orban, uma maioria de dois terços que lhe permite alterar a ordem constitucional e abolir a separação de poderes. Para os defensores do estado exceção, de que se destaca o jurista alemão Karl Schmitt (1888 - 1975) que na obra "A Ditadura" (1921), citada por Agamben, defende que "«o Estado continua a existir enquanto o direito se desva-

nece e pode assim fundar no *pouvoir constituant* a figura extrema do estado de exceção: a ditadura soberana»" (pp.52-53). Perante a doutrina democrática segundo a qual apenas o povo é soberano, este conceito é um contrasenso. No entanto, Schmitt não vê grande diferença entre os regimes democrático-parlamentares e um ditador plebiscitado pelo povo que para ele tem a mesma legitimidade democrática. Segundo este argumento a Constituição portuguesa de 1933 – que foi aprovada por um plebiscito em que as abstenções contaram como votos a favor – seria tão 'democrática' como a de 1976 que resultou da eleição por sufrágio universal duma Assembleia Constituinte. Mas o que se torna deveras preocupante é que a crescente governamentalização das liberais-democracias contemporâneas, bem como a eleição de soberanistas e supremacistas, de que se destacam Donald Trump com o seu 'slogan' 'America First' e o ministro da Administração Interna Salvini com a sua reprodução, 'a Itália primeiro', põem cada vez mais na ordem do dia a questão da 'ditadura soberana' de Karl Schmitt que assim ganha uma amplitude que nem ele próprio, como 'ideólogo' do nazismo, tinha imaginado.■

Joaquim Jorge Veiguinha

OE do Básico e Secundário para 2019

Brincar com coisas sérias!

Na página 149 do Relatório da Proposta de OE para 2019, relativa à política orçamental do Ensino Básico e Secundário, pode ler-se: “a despesa efetiva consolidada do orçamento inicial de 2019 é de 6.304,2 milhões de euros que, relativamente ao montante de 6.118,3 milhões de euros referentes ao orçamento de 2018, significa um aumento de 3%”. Esta espantosa comparação -- sucessivamente repetida nos últimos quatro anos e que apenas o Ministério da Educação utiliza -- é feita desprezando a execução orçamental, para a referida despesa efetiva consolidada, prevista para este ano de 2018 e que o Relatório do OE, na mesma página, estima que se venha a cifrar em 6.284,6 milhões de euros! Ou seja, estaremos perante um aumento de 0,3% e não de 3%! Em euros estamos perante um aumento de 19,6 milhões em vez de 185,9 milhões! Uma fraude!

Infelizmente, a falta de coerência, os dados desencontrados e as conclusões abstrusas não se ficam por aqui. Na página 238 do Relatório da Proposta de OE para 2019, o mapa que inscreve as Despesas com Pessoal da Administração Central regista que a execução estimada para o Ensino Básico e Secundário em 2018 se cifra em 4.801,3 milhões de euros e que se orçamenta, para 2019, 4.607,3 milhões de euros para a totalidade das despesas com pessoal, professores incluídos! Menos 194 milhões de euros que o que se estima para este ano de 2018! Se não houvesse descongelamento em 2019 (que o Ministério da Educação estima que venha a custar 107 milhões de euros) e se não tivessem entrado novos docentes para o sistema em 2017 e neste ano de 2018 (que o Ministério da Educação estima que venha a custar 35 milhões de euros exatamente em 2019) ainda se poderia admitir alguma quebra em 2019 relativamente ao que se prevê executar nesta área em 2018, já que o próprio ME estima que a saída para a aposentação em 2019, de cerca de 2.000 docentes, venha a representar uma poupança aproximada de 16 milhões de euros. Mas vai haver descongelamento em 2019! E recuperação de tempo de serviço! E não vai haver despedimento dos novos professores que serão, isso sim, reposicionados! Não é difícil, pois, fazer as contas. A desorçamentação na educação básica e secundária para 2019 é gritante e cifra-se em cerca de 320 milhões de euros! Uma vergonha! Representa a banalização de um dos ministérios mais importantes do país (de qualquer país!) e coloca em risco toda a despesa que esteja fora da órbita das despesas com pessoal. No fundo, dada a irrelevância política do Ministro da Educação, o seu ministério foi mais uma vez o escolhido para ostentar a “cativação” mais expressiva por via da mais descarada desorçamentação! A bem do défice do primeiro semestre de 2019!

O descalabro da proposta orçamental do básico e secundário para 2019 é o espelho da falta de rumo da educação pública em Portugal, que já vem desde o princípio deste século. Situação especialmente grave quando está no poder um governo do Partido Socialista que conta com apoio parlamentar do Bloco de Esquerda, do PCP e do PEV. As escolas definham (em termos físicos e de projeto), os docentes têm cada vez menos condições de trabalho e veem o seu esforço cada vez menos reconhecido. O seu estatuto de carreira é substituído por umas “aproximações” a outras carreiras completamente diferentes com a desculpa das dificuldades financeiras do país.

As “brincadeiras” orçamentais são o sinal da degradação em que mergulhou a visão deste governo, e da sociedade em geral, sobre o futuro do país. Futuro esse que ficará gravemente comprometido se não houver uma inversão radical da política educativa.

Vencer a luta que atualmente travamos não será apenas importante para a dignificação da profissão docente. Será crucial para a defesa da Escola Pública, de forma a impedir que a igualdade de oportunidades, a inclusão e o próprio sucesso educativo dos alunos sejam postos causa! ■



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Autonomia e Flexibilidade Curricular

18 Cidadania

A Sagrada Família

20 Escola/Professores

20. Recuperação do tempo de serviço dos professores: da demagogia à mentira

22. Legalidade nos horários e nos sumários na Educação Pré-escolar

23. II Encontro Internacional sobre o desgaste na profissão docente

26. A recuperação do tempo de serviço e a questão dos horários no centro de um período com muitas lutas

27 Orçamento de Estado 2019

27. O OE 2019 e as suas engenharias financeiras e eleitorais

28. Orçamento de Estado para 2019 entra em fase de especialidade

29 Departamento de Professores e Educadores Aposentados

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Sobre a “Proposta para a relevância do tempo na recomposição da carreira docente”, apresentada pelo ME

OE aprovado. E ainda bem!

Nos escritos de alguns dirigente sindicais dos professores podia sentir-se o desejo de que o PCP e o BE votassem contra o OE2019, uma vez que o governo do PS (por eles apoiado no parlamento) não está disposto a cumprir o que consta no OE 2018: a contagem integral do tempo de serviço (9 anos, 4 meses e 2 dias) para efeito de progressão na carreira. Situação que ganhou novos contornos com a decisão da Região Autónoma da Madeira (que decidiu contar todo esse tempo embora num período mais extenso do que o proposto pelos sindicatos) e cuja apreciação de constitucionalidade foi pedida pelo governo. Felizmente, tal não aconteceu – pelo menos na votação na generalidade, não sendo de prever que haja mudanças do sentido de voto aquando da votação final. O Orçamento de Estado para 2019 vai ser, portanto, aprovado. Que o OE 2019 é manifestamente mau para a Educação (não apenas pela questão dos 9A4M2D) não deixa qualquer dúvida. Que, porém, ele é avaliado pelos deputados do PCP e do BE como aceitável para um larguíssimo número de cidadãos, tem ficado bem expresso nas declarações desses partidos. Os deputados, mesmo os que são professores, são deputados de todos os cidadãos, não representam apenas os interesses de um ou outro grupo social ou profissional (ou região) e não devem privilegiar interesses “particulares” (por mais legítimos que sejam) em detrimento do interesse geral. Se o PCP e o BE consideram que globalmente o OE 2019 é positivo têm de votar a favor, apesar dos professores.

De resto, que ganhariam os professores e a Educação com a queda do governo que certamente a não aprovação do OE implicaria? Não ganhariam nada. Mas perderíamos todos muito. ■

Miguel André

A Sagrada Família

PÁGINA
18

■ **Autonomia e Flexibilidade Curricular**

■ «Estamos confrontados com um diploma que tanto pode ser “mais um”, rapidamente esquecido, como pode provocar uma melhoria notável no nosso sistema de ensino. O debate vai continuar – o EI abre as suas páginas a esse debate e às experiências em curso». Esta é a questão de fundo que António Avelãs coloca no primeiro texto deste Dossier. Um debate para o qual se pretende contribuir, neste EI, com reportagens e textos de opinião. ■

Autonomia e flexibilidade curricular:

Um decreto-lei que revoluciona ou que vai ser rapidamente esquecido?

• **António Avelãs**

Dirigente do SPGL

O Escola-Infomação promove o debate e divulga experiências bem sucedidas

O decreto-lei 55/2018, de 6 de julho, propõe-se generalizar uma maior flexibilidade na gestão curricular e “implementar a componente de Cidadania e Desenvolvimento”, desenvolvendo um conjunto de medidas tendentes à concretização desses objetivos. Deste modo se estende a todas as escolas o que no ano letivo anterior estivera em experimentação em algumas.

O decreto-lei define a “Autonomia e Flexibilidade curricular” como “a faculdade conferida à escola para gerir o currículo dos ensinos básico e secundário, partindo das matrizes curriculares-base, assente na possibilidade de enriquecimento do currículo com os conhecimentos, capacidades e atitudes que contribuam para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”. Define como um dos seus princípios orientadores a “promoção da educação para a cidadania e desenvolvimento pessoal, interpessoal, e de intervenção social ao longo de toda a escolaridade obrigatória”.

Para atingir estes objetivos o

decreto-lei insiste na “valorização da gestão e lecionação interdisciplinar e articulada do currículo, designadamente através do desenvolvimento de projetos que aglutinem aprendizagens de diferentes disciplinas” e “na assunção da importância da natureza transdisciplinar das aprendizagens (...)”. Dá também as indicações necessárias para a concretização da parte do currículo que pode ser escolhido pelas escolas (até 25%), da construção pelos alunos do secundário de cursos com planos próprios (regulados por portaria a publicar) que permitam a “permuta e substituição de disciplinas, adotados na construção de um percurso formativo próprio”. Quanto à Cidadania e Desenvolvimento no ensino secundário, as escolas podem “adotar a oferta como disciplina autónoma, a prática de coadjuvação, no âmbito de uma disciplina, o funcionamento em justaposição com outra disciplina e a abordagem no âmbito das diferentes disciplinas da matriz, dos temas e projetos, sob coordenação de um dos professores da turma ou grupo de alunos”.

O decreto-lei pretende, portanto, dar um sentido concreto ao texto do “Perfil do Aluno à Saída do Ensino Secundário”, texto que mereceu um apoio generalizado de toda a comunidade educativa.

A reação a este decreto-lei por parte das escolas foi muito diversa, começando – e bem – por censurar-se a sua publicação tardia. Alterações desta profundidade não se fazem “do pé para a mão”.

O *Escola Informação* tem tido como uma das suas orientações divulgar nas suas páginas muito do que de muito bom se faz nas nossas escolas, particularmente nas escolas públicas, por entender que também assim se defende a “escola pública de qualidade para todos” que o SPGL define como objetivo da intervenção pedagógica.

Nessa linha, insere neste dossiê duas reportagens – uma no Agrupamento de Santo André e outra no Agrupamento de Sines – em escolas que já tinham estado “na experiência” no ano anterior e em que o balanço de professores, alunos e pais quanto à flexibilidade curricular, concretizada em projetos criativos e interdisciplinares, é muito positivo. Como se pode ler nas páginas seguintes deste número do EI, a intenção destas escolas é de aprofundar os projetos e dar plena concretização ao decreto-lei 55/2018.

Inserimos, por outro lado, duas opiniões que, não sendo contraditórias, se focalizam em aspetos distintos da questão: Manuela Esteves, do Instituto de Educa-

ção da Universidade de Lisboa e membro de Conselho Geral do SPGL, é claríssima: “Enuncio (...) um primeiro dilema com que os professores se defrontam: entrar pelos caminhos seguramente trabalhosos da inovação curricular proposta, apesar de os problema citados não terem tido resposta cabal, ou recusar qualquer esforço adicional, invocando a não resolução desses mesmos problemas”. ”Sou pela primeira destas duas alternativas (...).”

João Correia, professor na EB Marinhais do Sal e dirigente do

SPGL, sintetiza os aspetos positivos e negativos do decreto-lei, dando particular realce à dificuldade de sucesso de mudanças pedagógicas quando “mais de 60% dos professores portugueses sofrem de exaustão emocional” e “só 1% dos professores em Portugal tem menos de 30 anos (...) e, em contrapartida, 38% temais de 50”.

Termina este dossiê com a posição que o secretariado nacional da FENPROF divulgou, sublinhando que “A medida, em si, tratada nas turmas, pelos professores e pelos alunos, de forma

isolada da realidade, até pode parecer promissora, porém, a constatação dos seus efeitos levanta sérias apreensões” e anunciando o lançamento de um questionário para recolha de dados sobre o impacto da implementação dos diplomas publicados.

Estamos confrontados com um diploma que tanto pode ser “mais um”, rapidamente esquecido, como pode provocar uma melhoria notável no nosso sistema de ensino. O debate vai continuar – o **Escola Informação** abre as suas páginas a esse debate e às experiências em curso. ■

A propósito do PAFC:

Inovação curricular e dilemas profissionais dos professores

• **Manuela Esteves**

▮ Instituto de Educação da Universidade de Lisboa/ Membro do Conselho Geral do SPGL ▮

Habitados por uma longuíssima tradição de centralismo político e administrativo, o nosso uso, como portugueses, é esperar que as reformas venham do centro e, às periferias, só caiba o papel de as aplicar. Aplicar aderindo, ou aplicar contestando, ou simplesmente fingir que se aplica. De tudo isto fomos tendo evidências em diversas conjunturas políticas, ao longo do tempo.

Agora, entre as expressões mais significativas da atual política

educativa, surgiu o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC), primeiro como experiência a que aderiram as escolas que quiseram (2017/18) e, a partir do corrente ano, como medida a generalizar progressivamente a partir dos anos iniciais de ciclo (1º, 5º, 7º e 10º).

Trata-se de mais uma tentativa de partilhar com as escolas, os professores e, em certa medida, também os alunos e as comunidades locais, o poder de tomar decisões no âmbito curricular, fundamentadas no conhecimento dos contextos concretos (sempre diversos entre si) e perspetivadas

para uma melhoria previsível da qualidade da educação.

A clara extensão dos domínios curriculares em que cada escola, ou agrupamento, pode tomar decisões próprias é a marca distintiva deste projeto em relação a outros que o precederam (1989-1995; 1996-99; 2001-2011).

Para muitos professores, este projeto constitui mais uma oportunidade para mudar e inovar, para responder melhor à diversidade das escolas e dos alunos concretos que as frequentam, para tornar mais gratificante o exercício da profissão – donde, a sua adesão ao projeto.

Para outros, o projeto desperta memórias amargas de momentos passados, em que também se prometeram mudanças curriculares significativas que, entretanto, se perderam pelo caminho (ou nunca chegaram a arrancar), onde se lidou confusamente com conceitos desconhecidos ou mal dominados e se saiu com um sentimento de frustração – donde, a rejeição, a descrença, o medo.

Outros eventuais fatores de desmotivação prendem-se com problemas por resolver, associados à condição socioprofissional dos professores (estatuto, progressão nas carreiras, avaliação gestora do desempenho, precarização dos vínculos laborais, promoção de formas autoritárias de gestão das escolas) que, por ação de Lurdes Rodrigues e Nuno Crato, convidaram os docentes à subserviência e tentaram denegrir a sua imagem social.

Enuncio, a este propósito, um primeiro dilema com que os professores se defrontam: entrar pelos caminhos seguramente trabalhosos da inovação curricular proposta, apesar de os problemas citados não terem tido resposta cabal, ou recusar qualquer esforço adicional, invocando a não resolução desses mesmos problemas.

Sou pela primeira destas duas alternativas. Tenho como certo que o trabalho empenhado dos professores, individual e coletivo, foi e há de continuar a ser uma forma de luta (a mais básica, como o SPGL chegou a afirmar nos anos 80). É a preocupação com os alunos e as suas aprendizagens que nos granjeia o reconhecimento social e o daqueles com quem trabalhamos de mais perto (alunos e famílias). Ao contrário do que os professores habitualmente percecionam, os docentes portugueses e os ambientes de aprendizagem que proporcionam são globalmente muito estimados (ver, entre outros, dados constantes do relatório

do PISA 2016).

O PAFC firma-se em dois outros documentos sobre as Aprendizagens Essenciais e o Perfil do Aluno à saída da escolaridade obrigatória de 12 anos.

Aqui, para além dos dilemas curriculares “clássicos” a que Zabalza* (1994) se referiu e que convém recordar, acrescentamos alguns mais específicos da atual conjuntura e envolvidos nas respostas às seguintes perguntas:

- A partir das possibilidades de flexibilização curricular consagradas, como optar em cada escola por alternativas possíveis (nomeadamente quanto a decisão livre sobre 25% do currículo, sobre o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, sobre a identificação de aprendizagens transdisciplinares, sobre a organização dos alunos em grupos, sobre as metodologias de ensino – aprendizagem, sobre a periodização interna do ano letivo, sobre a avaliação): com que fundamentos e com que objetivos?
- Como selecionar, de entre as aprendizagens essenciais, aquelas a que vai ser dada prioridade num dado contexto, durante um certo período de tempo ou num dado nível de escolaridade?
- Como organizar o trabalho entre os professores e entre professores e alunos para que as decisões sejam tão consensuais quanto possível?
- Como decidir se não houver consenso?
- Como promover formas efetivas de diferenciação pedagógica ao nível da sala de aula, tanto no âmbito disciplinar como interdisciplinar?
- Como avaliar os processos e os produtos dos projetos curriculares postos em marcha?
- Como estimular, apoiar e facilitar o trabalho dos professores em equipa?
- Como perspetivar uma relação equilibrada e convergente entre as prescrições do currículo nacional e as decisões tomadas

localmente, em função das finalidades contempladas no Perfil do Aluno?

Não é aqui o momento de tentar enunciar respostas para os dilemas que surgem quando se tenta responder a estas perguntas. Nenhuma delas tem uma resposta única nem linear.

Globalmente direi que os dilemas põem à prova o profissionalismo e a profissionalidade dos professores, mas também a qualidade da formação inicial e da formação contínua que lhes foi sendo proporcionada, assim como, obviamente, as condições concretas de trabalho em cada escola.

A minha aposta é a de que o envolvimento dos professores em processos de inovação curricular como o que agora está em causa – autonomia de decisão e flexibilidade na gestão do currículo – pode e deve ser um ponto de partida para que os professores se tornem mais exigentes e reivindicativos sobre a sua situação profissional e sobre as condições em que a educação e o ensino se processam na sua escola.

Por um e outro dos caminhos (o da ação pedagógica e o da reivindicação laboral) estaremos contribuindo para a melhoria da qualidade da educação das crianças, dos jovens e dos adultos a quem o sistema educativo deve servir. ■

*Zabalza, M. A. (1994). Diários de Aula.

Contributo para o estudo dos dilemas práticos dos professores.

Porto: Porto Editora

Autonomia e Gestão Flexível do Currículo no contexto da Proletarização da Classe Docente

• João Correia

IEB Marinhas do Sal; Dirigente do SPGLI

“Mais de 60% dos professores portugueses sofrem de exaustão emocional...”

DN, 06/07/2018

“...só 1% dos professores em Portugal tem menos de 30 anos (...) e, em contrapartida, 38% tem mais de 50.”

Observador, 11/09/2018

Do Contexto

O objeto das ações dos professores são crianças e jovens, a sua formação, educação, para além da instrução, e, por consequência, o futuro do país. É esta a nossa responsabilidade, enorme, tão vital e necessária, que a resposta dos governos a este desígnio, desde 2005, tem sido... descapacitar-nos o mais possível. Mas, ainda assim, muito aquém do pretendido, graças à luta dos professores e dos seus sindicatos.

A mesma ligeireza e falta de seriedade política, ubíquas e não exclusivamente lusitanas, reconheça-se, que têm exaurido os sistemas públicos do Estado Previdência, incluindo a educação, faz com que se ache normal a publicação dos três normativos essenciais da Autonomia e Gestão Flexível do Currículo (AFL) em Julho e Agosto, para aplicar no actual ano lectivo.

Este mau começo denuncia uma das conceções vigentes mais perniciosas e degradantes do exercício da profissão docente, fortemente incrementada por certa personalidade abaixo mencionada: a sua proletarização. As normas são para aplicar e os professores enquanto intelectuais são para domesticar; tudo o que tenham para dizer deverá ser tendencialmente irrelevante.

Maria de Lurdes Rodrigues (MLR), honra lhe seja feita, deu início a uma era sem fim à vista, caracterizada por políticas que significaram uma inédita degradação da profissionalidade docente, as quais, somadas às consequências económico-financeiras da crise mundial de 2007, privaram os professores da confiança, da tranquilidade e das condições de trabalho necessárias ao exercício da reflexividade intrínseca a uma profissão exigente do ponto de vista intelectual, caracterizada pela constante novidade das múltiplas e complexas situações concretas do dia-a-dia, para as quais não basta a fria e linear aplicação de fórmulas ou algoritmos.

Desde então, a degradação das condições de trabalho dos professores redundaram numa crescente falta de tempo disponível para a integração de mudanças pedagógicas e didáticas na prática letiva de uma forma eficaz e intelectualmente séria. São disso exemplo as ferramentas digitais e metodologias de ensino, que, uma vez experimentadas em contexto de ações de formação, são colocadas de lado, não por demérito ou inutilidade das mesmas, não por falta de vontade dos docentes, mas acima de tudo pela falta de tempo para a implementação de estratégias capazes de consolidar novas práticas pedagógicas, fruto da catadupa de solicitações e tarefas que atafuham o quotidiano das escolas.

Assim, quando passamos para a profundidade e abrangência das mudanças inerentes a uma reforma curricular de suposta natureza copernicana- pelo menos no plano das intenções, dos atos legislativos e administrativos da tutela-, como é

a da AFL, quais as hipóteses de real sucesso na sua implementação, tendo em conta que, de acordo com um inquérito recente promovido pela FENPROF, os professores portugueses trabalham cerca de 46 horas por semana, e que, segundo o estudo coordenado por Raquel Varela, 60% sofrem de exaustão emocional?

O que se pede aos docentes é que realizem o tal esforço adicional para aplicar a AFL sobre o pano de fundo de muitas questões que não foram resolvidas, quase todas as que existiam antes da legislatura atual: perda de poder de compra (cerca de 30% desde o início do século), congelamento das carreiras, confusão entre componente letiva e não letiva, desgaste, envelhecimento, aposentação, excesso de número de alunos por turma, excesso de turmas e níveis por docente.

Antecedentes

No tempo pré-MLR, fomos confrontados com várias reformas do sistema educativo, incluindo de natureza curricular, como foi a Reorganização Curricular do Ensino Básico de 2001, na qual já se defendia a gestão flexível do currículo, a primazia da “competência” sobre o “conteúdo”, por oposição às posteriores investidas de Nuno Crato em 2012 contra um currículo assente em “competências” que considerava dificilmente mensuráveis e, por isso, avaliáveis.

Não falharemos por muito se dissermos que em nenhuma destas reformas se disponibilizaram os meios financeiros necessários à consolidação das mudanças preconizadas e que a atual avança precisamente na

mesma senda, favorecendo a emergência de simulacros de mudanças, em vez de autênticas, profundas e consequentes melhorias do sistema educativo.

Da Realidade

Aplicam-se hoje duas modalidades de AFL do currículo nas escolas, em três versões diferentes, nomeadamente:

- as 235 escolas que colocaram em prática o despacho n.º 5908/2017 no ano letivo 2017/18 e que continuaram no presente ano letivo ao abrigo do decreto-lei n.º 55/2018, regulamentada pela portaria 223-A/2018, que gerem 25% do currículo em cada componente da matriz-base;
- as que iniciaram este ano o processo ao abrigo do decreto-lei e portaria mencionados no ponto anterior;
- as que aderiram à modalidade de 100% de flexibilidade, designadas por Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica (PPIP), com os termos da iniciativa e princípios fundamentais formalizados no Despacho n.º 3721/2017, de 7 de Abril.

Sobre estas últimas, a DGE refere: “Os agrupamentos de escolas envolvidos - Freixo (Ponte de Lima), Cristelo (Paredes), Marinha Grande Poente (Leiria), Fernando Casimiro Pereira da Silva (Rio Maior), Vila Nova da Barquinha (Santarém) e Boa Água (Sesimbra) - identificam problemas, estabelecem prioridades, mobilizam professores, desenham estratégias e partilham ideias, em diversos encontros da rede de escolas.”¹

Relativamente ao objectivo final das escolas PPIP: “(...) localizadas tanto em meios urbanos como rurais e com taxas de insucesso e problemas diferentes, têm até 2018 para testar as alterações. As que se revelarem mais eficazes poderão vir a ser replicadas depois noutros agrupamentos.”²

Com base em testemunhos de docentes envolvidos nas experiências de AFL e nos PPIP, destacamos os seguintes aspectos positivos e negativos, que correspondem a situações decorrentes dos contextos concretos de cada escola:

A) Aspectos negativos:

Significativo sacrifício da componente individual do horário de trabalho, devido:

- ao próprio processo de implemen-

tação, em particular dos PPIP, implicando um considerável aumento do número de reuniões, bem como de tempo despendido em planificações, trabalho burocrático e formação por iniciativa das direcções e da tutela;

- às exigências didácticas e metodológicas na preparação de materiais e de dinâmicas de aula decorrentes da aplicação de métodos de ensino ativos (aprendizagem baseada em projeto ou pela descoberta), sem que tal se reflecta nos horários de trabalho em suficiente alívio de carga letiva ou tarefas atribuídas na componente não letiva de estabelecimento;

- perdas de tempos a disciplinas para viabilização de trabalho interdisciplinar, aumentando o risco de horário zero dos docentes, em particular em disciplinas como Educação Visual, Ciências Naturais, Geografia e História;

- práticas ilegais, como a diminuição de tempos a disciplinas de uma componente da matriz-base para benefício de disciplinas de outras componentes, ou para criação de disciplinas novas que não pertencem a nenhum componente;

b) Aspectos positivos:

- diminuição de níveis de ensino por docente, favorecendo o trabalho interdisciplinar em cada ano letivo;

- a opção pela organização em semestres permitiu a criação de mais duas semanas de pausa letiva, em novembro e fevereiro, viabilizando a realização de trabalho colaborativo e de reuniões intercalares;

- reforço das horas atribuídas a certas disciplinas para realização de trabalho interdisciplinar (DAC);

- atribuição de horas na componente não letiva de estabelecimento para realização de reuniões de coordenação e articulação do trabalho interdisciplinar, embora reconhecidamente insuficientes;

Por outro lado, a legislação dá garantias de democraticidade interna bastante relevantes, **ao definir o conselho pedagógico e o conselho geral como os grandes atores na definição das opções curriculares estruturantes**, nomeadamente ao nível da gestão de 25% da carga horária em cada componente da matriz-base, cabendo ao primeiro a elaboração de uma proposta e ao segundo a sua aprovação (n.º 2 do art. 15, n.º 3 do artigo 8.º da portaria 223-A/2018; n.º 5 do art. 19.º do de-

creto regulamentar 55/2018).

A deriva autoritária induzida pelo atual regime de gestão e administração não podia deixar, contudo, de fazer a sua aparição, registando-se alguns casos em que, fruto da conjugação da publicação tardia dos normativos e a já tradicional tendência autocrática (algo consentida) de muitos directores, se tomaram opções curriculares contrárias aos interesses de alguns grupos disciplinares em algumas escolas, situação felizmente reversível pelos aspetos legais acima referidos.

Conclusão

Mudanças consequentes no sistema educativo não se fazem sem respeitar os direitos laborais dos professores, nem tão-pouco descurando a sua valorização profissional, visto serem os agentes principais e centrais da escola:

- resolvendo todas as injustiças de que são vítimas ao nível da carreira, remuneração e horários de trabalho (recuperação do tempo se serviço, lei de aposentação justa e equilibrada; distinção clara entre componente letiva e não letiva);

- promovendo ações de formação contínua gratuitas que capacitem todos os docentes;

- atribuindo de tempos suficientes na componente não letiva de estabelecimento para trabalho colaborativo, articulação e coordenação dos processos pedagógicos, sem por em causa a componente individual.

- respeitando a capacidade científica e pedagógica dos professores, auscultando periodicamente e amplamente a sua opinião sobre o andamento da implementação das medidas.

Por último, de referir que, felizmente, são muito mais os docentes que se recusam a morder o anzol do “voluntarismo” e do “espírito de missão” para justificar jornadas de trabalho intermináveis a bem da nação, do que neófitos ingénuos a labutar para que o governo possa dizer no final da legislatura que conseguiu, finalmente, tornar as escolas autónomas e flexíveis, com imenso sucesso, claro. ■

1- <http://www.dge.mec.pt/noticias/projeto-piloto-de-inovacao-pedagogica-ppip>
2- <https://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-04-09-Seis-escolas-vao-testar-medidaspara-acabar-com-os-chumbos#gs.VGVxaCs>



Foto: Silvia Viarigues

Um projeto que foi sendo construído

No Agrupamento de Stº André, formas de trabalhar que se inscrevem na lógica da flexibilidade curricular não são uma coisa nova. Mas, ao aderir voluntariamente, no passado ano letivo, ao projeto de Flexibilidade e Autonomia Curricular, estava-se a dar um novo passo: a possibilidade de fazer algo mais alargado e que seria validado. Do que foi esta experiência, de como se foi construindo o projeto no Agrupamento, falaram-nos Felizarda Barradas, professora de Educação Física na EB nº1, Ana Nunes, professora de Inglês do 3º ciclo e secundária, neste momento a exercer funções de professora bibliotecária do Agrupamento, e Manuela Teixeira, professora de Física e Química, diretora do Agrupamento.

• Lígia Calapez

Jornalista

“Para mim, o mais interessante, foi esta ideia de que *o que fizéssemos seria validado*, o dizerem-nos que *isto será o que as escolas quiserem*”, sublinha Felizarda Barradas. O ponto de partida para a construção do projeto foi um grupo de professores, um grupo de trabalho que funcionou todo o ano de forma autónoma. “Andámos em frente ainda sem saber muito bem se seria aquele o caminho ou não”.

De como se construiu o projeto

O grupo começou por definir um tema: os Jogos Olímpicos e

Paralímpicos. Então, a preocupação foi pensar “em que é que cada disciplina pode contribuir para este projeto”. Isto porque, diferentemente da lógica da *área projeto*, o objetivo era “ir dando as disciplinas com o projeto”. Ou seja – cada disciplina integrou-se, com a sua matéria, no projeto coletivo. “Tudo sempre inter-relacionado”.

Assim, por exemplo, na História aprofundou-se o estudo da Grécia. E a recreação histórica dos primeiros Jogos Olímpicos foi um momento importante. “Encontrámos um vídeo em que, pouco antes dos jogos do Rio de Janeiro, atletas atuais recriaram os primei-

ros jogos olímpicos, em Olímpia. Trabalhámos as imagens, que foram apresentadas aos alunos. E eles ficaram encantados”, lembra Felizarda Barradas.

No Português, onde a elaboração da notícia e da carta fazem parte da matéria, em vez de recorrer a notícias que vêm no manual, optou-se por trabalhar uma notícia sobre uma atleta que participou nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro e que fez parte da equipa de refugiados. O que permitiu, nas palavras de Ana Nunes, “abordar um outro tema, que também foi trabalhado em algumas turmas na Cidadania – a questão dos refugiados. E assim a

notícia ganhou todo um novo sentido”. Para culminar, em relação ao conteúdo carta, a opção foi os alunos escreverem cartas à atleta, a dizerem o que é que tinham sentido ao conhecer a história de vida dela. “Foi uma maneira de enquadrar conteúdos que já eram lecionados”, diz Ana Nunes.

O mesmo em relação à Matemática, ao nível da organização e tratamento de dados, refere Felizarda Barradas. “Através, por um lado, da evolução da corrida dos 100 metros desde 1912 até à atualidade, por outro, da participação portuguesa nos vários Jogos Olímpicos, dos vários atletas – e aqui também com ligação à cidadania, pela igualdade de género”. Na área das Ciências trabalhou-se a importância da água, da hidratação durante a atividade física. “E eles viram as consequências da desidratação. Viram o que aconteceu quando, pela primeira vez em que as mulheres participaram na maratona, em que a Rosa Mota ganhou a medalha de bronze em Los Angeles, uma das atletas chegou à meta esgotada e a cambalear. Porque não se hidratou devidamente. E só não morreu porque foi logo assistida”, conta Felizarda Barradas.

Na Educação Musical, faz parte do programa construir um instrumento musical. Os alunos construíram maracas, com material reciclado – que depois foram utilizadas no Dia Olímpico (que culminou o projeto). Foram igualmente os alunos que elaboraram uma música para esse dia, com base nas diferentes aberturas dos Jogos Olímpicos que, entretanto, tinham visionado. E aqui inscreve-se mais uma ponte para a Cidadania. Nos Jogos Olímpicos do Rio, “quem cantou o hino foi um grupo de jovens que vinha das favelas do Rio, onde há um trabalho muito interessante, apoiado pelo instituto FAR⁽¹⁾ – que, no fundo, afirma a ideia que serem pobres não é uma fatalidade”, refere Felizarda Barradas.

Em ET e EV faz parte do programa fazer representações da figura humana. E os alunos fizeram-no através das várias modalidades

desportivas dos Jogos Olímpicos. Para além disso, construíram a chama olímpica e as coroas com que iriam ser coroados no Dia Olímpico. Um dos alunos disse: *quando ouvi o hino e vi o diploma, tive imensa vontade de chorar. E fiquei super-orgulhoso por termos conseguido trabalhar todos em conjunto.*”

Em síntese, “mobilizaram o conhecimento adquirido em cada uma das áreas disciplinares e souberam articular e trazê-lo para outras disciplinas”, salienta Ana Nunes.

Aprendizagens múltiplas

Para os alunos, este projeto significou muito – envolvimento, entusiasmo, aprendizagens significativas e, até, *calçar os sapatos do outro*.

“Quando perguntei aos representantes dos alunos do 5º ano, que tinham participado no projeto do



Foto: Sílvia Vilariques

Dia Olímpico - *que coisas aprenderam e que nunca mais irão esquecer?* – houve um que respondeu: a questão da hidratação. E assim, passados mais de 4 meses, ele explicou-me o que era a hidratação e a importância de bebermos água. Explicou-me aquilo tudo com propriedade” – lembra Manuela Teixeira, diretora do Agrupamento.

É isto que são aprendizagens significativas, considera Ana Nunes. “Só se tornaram significativas

porque eles as foram construindo e viram exemplos concretos. Porque se empenharam, porque de facto estavam todas elas ligadas a um tema, porque viram essas relações entre áreas – a Educação Física, a Matemática, o Português, as Ciências –, que está tudo relacionado. Sobretudo porque estava tudo contextualizado”.

Esse entusiasmo, esse envolvimento, contagiou mesmo a comunidade educativa. “O entusiasmo dos alunos e a partilha entre nós criou uma dinâmica de entusiasmo que levou depois os outros, que podiam ter inicialmente uma certa reserva, a entrar no projeto”, sublinha Felizarda Barradas.

A vertente de Paralímpico no projeto proporcionou aprendizagens particularmente relevantes.

Antes do mais, pela história – que muito impressionou os alunos – de uma atleta paralímpica dos Jogos Olímpicos, com as pernas amputadas, campeã olímpica de uma das modalidades dos Jogos Olímpicos de Inverno e que, no Rio, com as próteses, dançou em dueto com um robot. Os alunos ficaram maravilhados. Num pequeno testemunho, essa mesma atleta diz: *Hoje não sou capaz, mas, se eu me esforçar, se eu não desistir, eu poderei ser capaz amanhã*. Uma ideia que atravessou também todo o projeto.

Uma outra aprendizagem – a inclusão nos Jogos de uma prova paralímpica. A opção foi uma corrida de cegos (sem se ser cego – com os olhos vendados e com um guia). “Porque também *calçar os sapatos do outro* é muito importante. E eles perceberam como era difícil ser cego”, frisa Felizarda Barradas.

Trabalhar em equipa. Não deixar ninguém sozinho

Trabalhar em equipa, não deixar ninguém sozinho, foram leitmotiv ao longo de todo o trabalho desenvolvido.

“Fomo-nos encontrando. Com a preocupação de não ter uma reunião aguda. Quanto ao acréscimo de trabalho – nós temos que ter

trabalho para planificar as aulas, seja qual for o modelo a implementar”, comenta Felizarda Barradas. A opção foi criar uma base de materiais (“isso sim, quem ficou responsável por isso teve que ter esse trabalho, claro”), já disponível para cada disciplina. “Construímos uma maleta – uma pasta digital para todas as disciplinas, com muito material. Com vídeos, com *links*, com textos”. E que envolveu os próprios alunos, que propuseram matérias que encontravam nas suas pesquisas.

Esta pasta digital foi uma mais valia, considera Ana Nunes. “Porque permitiu também sair daquela ideia de que só trabalhamos com o manual. Houve essa preocupação de encontrar materiais que pudessem ser trabalhados nas diversas disciplinas. E que são materiais que todos nós hoje temos ao nosso dispor – recursos que há na *internet*, as notícias, os vídeos”.

O facto de a equipa educativa do 2º ciclo ser pequena foi uma vantagem, destacada por Manuela Teixeira. “São pouco mais de 20 professores. que se juntam quase todos à mesma hora, nos mesmos dias. E conseguem, em pequenos momentos, até informais, encontrarem-se”. Partilhar um espaço onde todos os professores acabam por se encontrar, ter um tempo para a flexibilidade curricular no horário para todos ao mesmo tempo, são condições fundamentais.

“O que nós não queríamos – sublinha Felizarda Barradas - é que houvesse pessoas que sentissem assim – *mas como é que eu vou entrar nisto se eu estou sozinha?* Não deixámos ninguém sozinho”. Uma outra ideia de fundo – um trabalho de pontes. “Fomos dando ideias, todos nós fomos encontrando coisas comuns. No fundo fomos-nos apropriando, uns com os outros, daquilo que queríamos mesmo muito fazer”, diz Felizarda Barradas.

Organizou-se um calendário, programaram-se horas para o projeto. Em cada disciplina decidiu-se que aulas se destinavam a cada uma das matérias a trabalhar.

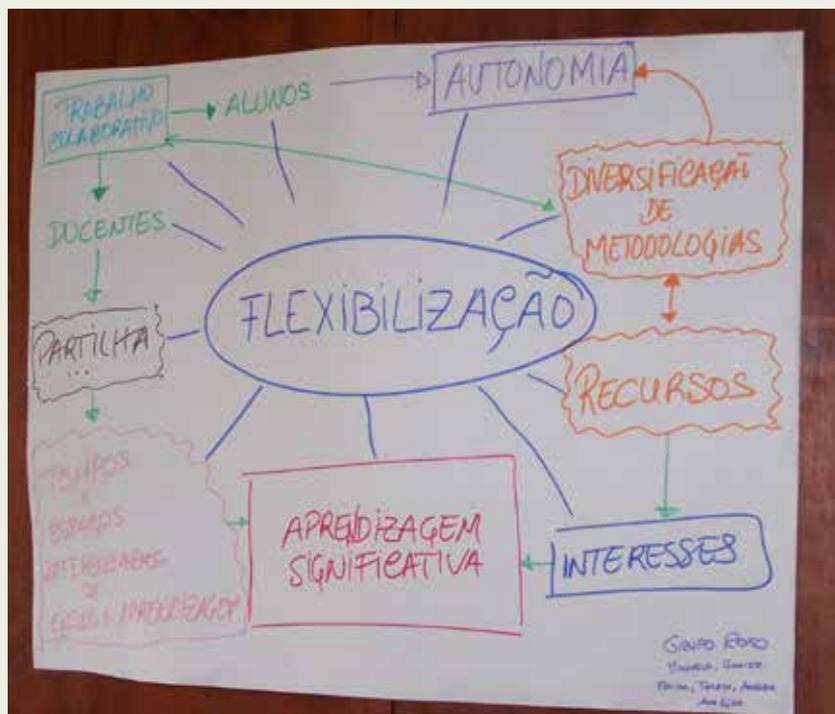


Foto: Sílvia Viarigues

“Tudo sempre inter-relacionado”, sublinha Felizarda Barradas.

O processo foi, nas palavras de Ana Nunes, “olhar para o que já eram os conteúdos a serem lecionados, para as metas, para as aprendizagens essenciais, saber em cada disciplina quais os conteúdos que se iriam trabalhar. E tentar criar pontes com o tema, sem acrescentar à partida algo que estivesse fora daquilo que o professor já iria trabalhar”.

Problemas e perspetivas

“Nós não queremos que volte tudo ao mesmo. Queremos que os professores cheguem à conclusão de que é possível ir por este caminho”, diz Felizarda Barradas. Mas qualquer mudança exige disponibilidade. E essa disponibilidade, frisa, “fica de alguma maneira condicionada pela forma como os sucessivos ministérios da Educação e governos têm tratado os professores. Na sua dignificação, na dignificação da profissão, na valorização da carreira, na questão da estabilidade de emprego. Não há ninguém que ande aí instável, que chegue a uma escola, nem sabe para onde é que vai, e se integre facilmente num projeto”. O que está em causa é a própria finalidade da escola pública. “Que é difícil, mas que quase to-

dos percebemos – *a escola tem de ser de qualidade; é com todos, é para todos – mas depois também é para cada um*”.

E, nessa perspetiva, vale a pena salientar a reação dos pais ao projeto. “Quando, no final, lhes pedimos que falassem sobre esta experiência, eles salientaram que tinham notado nos filhos muito interesse. Quando chegavam a casa iam pesquisar, andavam muito entusiasmados com o que se estava a passar nas aulas. E disseram ainda – *Só esperamos que vocês não terminem isto e que continuem*”.

E o projeto vai continuar.

“Nesta no letivo, o 5º ano vai assumir de novo este projeto dos Jogos Olímpicos, com algumas alterações. Porque estes alunos nunca o trabalharam. No 6º ano, vamos repetir a fórmula de envolver todas as disciplinas e todas as áreas, tendo como tema *Nós e a nossa freguesia*. Vamos trabalhar o tema numa perspetiva múltipla: como é que era, como é agora e o que é que nós queremos para o futuro”.

O importante – volta a sublinhar Felizarda Barradas – “é esta possibilidade de ter opções. Sempre na perspetiva de que a escola tem que ser de qualidade, é de todos, para todos e cada um”.

(1) <http://www.institutofar.com.br/>

Embarcámos na aventura

No Agrupamento de Escolas de Sines as experiências com o projeto de autonomia e flexibilidade curricular são diversificadas e levaram até já a uma viagem a um *exoplaneta*.

• Sofia Vilarigues

Jornalista

“A grande maioria dos professores está a perceber que é preciso mudar alguma coisa dentro das nossas salas de aula, porque se não vamos ter crianças infelizes, insucesso e professores infelizes por correspondência”, afirma Bernardette Almeida, diretora do Agrupamento de Escolas de Sines, sobre a experiência na implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular do Agrupamento.

“Nós entrámos o ano passado, com todos os primeiros anos, todos os quintos e todos os sétimos, portanto todas as turmas de cada ano de escolaridade”, enumera. “Este ano já alargámos aos pri-

meiros, segundos, quintos, sextos, sétimos e oitavos. No entanto, os terceiros, quartos e nonos estão a implementar já dinâmicas de sala de aula que perspetivam o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória.”

“Queremos envolvê-los nas temáticas, queremos que eles também tenham impacto na sociedade onde vivem”

No âmbito da Cidadania e Desenvolvimento foi criado um roteiro. “Fizemos um roteiro,

com as temáticas obrigatórias para cada ano de escolaridade e depois outras alternativas de acordo com as turmas e também o território, porque nós temos escolas diferentes, sendo uma em Porto Covo. O território aí é ligeiramente diferente, não é uma cidade, é uma vila mais pequena, piscatória, tem uma grande influência em termos ainda de população que vive nos montes. É necessária a capacidade de adequar”. O roteiro tem também “orientações das dinâmicas possíveis, porque nós não queremos uma área disciplinar de mais do mesmo, em que vamos transmitir os conhecimentos aos alunos,

não, queremos envolvê-los nas temáticas, queremos que eles também tenham impacto na sociedade onde vivem, na comunidade ao seu redor”.

No 1º Ciclo estão a fazer-se atividades no âmbito das assembleias de turmas. “Nós já tínhamos essa prática, anteriormente, logo a partir do pré-escolar, mas aí os alunos faziam uma abordagem de o que é que está bem o que é que está mal na escola e davam as estratégias, porque não há problema sem solução. Fomos buscar essas dinâmicas das assembleias de turmas que são de 15 em 15 dias nas turmas e, depois, uma vez por mês e uma vez por trimestre juntam-se em cada escola as assembleias todas, desde o pré-escolar ao 4º ano de escolaridade. Para quê? Para debaterem as conclusões a que chegaram sobre determinado tipo de temática. Como os imigrantes, como é que vamos acolher pessoas de outras culturas, com outras tradições. No final do ano as escolas juntam-se todas e numa mega assembleia debatemos as questões que vão sendo trabalhadas conjuntamente”.

Investiu-se também nas novas tecnologias, com a disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), e criou-se uma nova disciplina: a Educação Ambiental. “Vai ser uma área transversal a todas as outras. Estamos numa localidade altamente industrializada, mas também ao mesmo tempo que preserva a natureza, porque estamos dentro de um parque natural e, portanto, temos de aliar estes dois fatores. Pese embora seja necessária a indústria porque aumenta o PIB e ajuda a termos uma vida supostamente melhor, temos que estar também aliados às questões ambientais. E, portanto, aqui esta aposta logo a partir do 1º ano na Educação Ambiental. Em que fazemos imensas atividades para eles consolidarem as temáticas que vamos abordar, também em

parceria com a Câmara”.

“Viagem a um exoplaneta”



A partir do 5º ano investiu-se em Domínios de Autonomia Curricular (DAC).

“A nível do 5º ano de escolaridade, temos um Domínio de Autonomia Curricular de Português com História e Geografia de Portugal, portanto numa das 5 horas de Português temos um par pedagógico, temos um professor de Português e um professor de História e Geografia de Portugal, que trabalham conteúdos e competências da área de História aliada ao Português”.

Para além disso, afirma, “o ano passado tínhamos feito semestrais com Educação Visual e com Educação Tecnológica, mas este ano revertemos a coisa e criámos outro DAC, criámos um domínio de autonomia curricular com EV e ET, então temos três horas por semana sempre com dois professores. Os professores estão a dar o programa, as aprendizagens essenciais das duas disciplinas, sempre em uníssono. É sempre feito um projeto em que estão a ser trabalhados a área tecnológica e a área de EV, articulado com a

TIC e a Cidadania e Desenvolvimento também, porque são os professores de EV e de ET que estão a dar a TIC e a Cidadania, portanto há sempre aqui esta ponte”.

Outro DAC levou os alunos em aventura a um *exoplaneta*. Como se pode ler na primeira página do jornal escolar do Agrupamento de Escolas de Sines “O Vasquinho”, de Maio de 2018, “foi criado, no sétimo ano, um DAC entre as disciplinas de Físico-Química e Ciências Naturais. Uma vez por semana os alunos das cinco turmas de sétimo ano desenvolvem diversas atividades práticas/experimentais no âmbito da área das Ciências. Estas aprendizagens realizam-se sempre em trabalho colaborativo e têm como finalidade promover o desenvolvimento das Competências Chave do Aluno do Séc. XXI. Por forma a criar um contexto e atribuir significado às aprendizagens, embarcámos na aventura «Viagem a um exoplaneta». Os alunos realizaram todas as «missões» do primeiro período com entusiasmo e foi possível partir do contexto do DAC para uma articulação interdisciplinar com o contributo de todas as disciplinas do currículo.”

As possibilidades que se abriram com esta aventura foram as mais diversas. Bernardette Almeida desenvolve: “Durante aquele período todas as aulas são missões. Por exemplo, para que planeta vão, quais são os recursos que são precisos, fazem a construção do foguetão, porque depois fazem isto tudo transversalmente com as outras áreas disciplinares. No EV faz-se o projeto e a maquete e desenvolve-se o foguetão e, no fim, os alunos fazem mesmo um foguetão que é o nosso elevador que se transforma. Da parte das Ciências e da Físico-Química, a constituição do planeta em termos da atmosfera, dos gases, o tipo de rochas que poderão encontrar. Depois há o grupo dos repórteres do Português que faz a reportagem das missões, no Inglês trabalha-se as competências

Foto: Silvia Vilarigues



do inglês, porque como podem ser astronautas de vários países tem de haver sempre o bilingue, ao mesmo tempo no Francês trabalha-se com a Agência Espacial Europeia em França, e fazem-se entrevistas aos astronautas em francês. Na Matemática, os números negativos. E são eles que dão o mote para avançar”. E conclui: “Está-se a trabalhar muito bem e este ano alargámos ao 8º ano e os alunos passaram a ter duas horas de DAC, portanto Ciências e Físico-Química, duas vezes por semana”.

Há também semestrais. “Temos semestrais de Geografia com História. Num semestre têm 4 horas de História, no semestre a seguir 4 horas de Geografia. Isto permite, não só um maior enfoque numa determinada disciplina, em vez de uma dispersão de estudo entre as duas, mas, ao mesmo tempo, que o professor em vez de 7 turmas só tenha 4 ou 3 turmas. E de facto, em termos de resultados, funcionou. Tanto no 7º como no 8º conseguimos subir a percentagem de sucesso quer a História, quer a Geografia, porque os alunos em vez de estudarem para 7 testes só estudam para 2”. Há também TIC e Cidadania em regime semestral, só que “fazem trabalho articulado

ao longo do ano”.

O processo

Como é feita toda esta articulação? “Funcionamos por equipas pedagógicas”. Reúnem todas as semanas e “durante aquela hora os professores falam das suas turmas, como é que está o desenvolvimento, de acordo com a planificação que foi feita e vão partilhando uns com os outros as dificuldades, as vitórias, etc”. Nas reuniões articulam-se as dinâmicas. “Olha eu vou dar este conteúdo agora, que gostava que eles aprendessem isto, tendo em conta o perfil. Ok, então eu posso ajudar e contribuir para isto. Então eu vou alterar a minha planificação, em vez do 3º período passo agora para o 1º”. As equipas pedagógicas estão organizadas por cada ano, excetuando o 5º ano que, como tem 8 turmas, foi dividido em duas equipas. E reúnem não apenas os professores, mas também técnicos, os psicólogos, o técnico de serviço social e um docente de educação especial. Para desenvolver todo este trabalho, para além da parceria com a Câmara têm outras como com o Centro de Saúde, o CPCJ e a Associação Caboverdiana. Tudo isto obrigou a que se alte-

rassem os critérios de avaliação. “Porque não faz sentido, alterarmos as dinâmicas, pormos os alunos a trabalhar, serem autónomos e depois basearmo-nos só no teste sumativo. Portanto temos 80-20, 80% para as capacidades e conhecimentos e 20% para os valores. E como é que fazemos a avaliação? Cada grupo disciplinar, tendo em conta as dinâmicas de sala de aula, criou instrumentos de avaliação, sobretudo de observação. Desde o aluno entrar na sala de aula, o material que traz, à forma de interação com os colegas, se ajuda, se não ajuda, se está a conseguir transportar os conhecimentos adquiridos para a atividade, os trabalhos, a forma como se expressa, todas essas questões foram tidas em conta nos critérios de avaliação.”



Foto: Silvia Vilarigues

A FENPROF fará o que deve ser feito: Conhecer, Acompanhar, Avaliar, Propor e Agir!

• Secretariado Nacional da FENPROF

Com a publicação do Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho, o Governo decidiu implementar e generalizar a “sua reforma curricular”, a qual consiste em alterações aos programas e na fixação de novas matrizes curriculares, na fixação de aprendizagens essenciais e na flexibilização do currículo a nível local, de escola ou agrupamento de escolas.

A medida, em si, tratada nas turmas, pelos professores e pelos alunos, de forma isolada da realidade, até pode parecer promissora, porém, a constatação dos seus efeitos levanta sérias apreensões.

Turmas com excesso de alunos, insuficiência de recursos humanos, horários de trabalho desajustados e sobrecarga horária da generalidade dos docentes, regras inadequadas de gestão de pessoal no recurso ao crédito de horas disponível nas escolas, insuficiente financiamento da escola pública, redução do investimento em equipamentos e formação de professores, são alguns dos aspetos da realidade em que esta reforma se realiza.

A este cenário deve juntar-se que estas mudanças não só não implicaram os professores desde início, como não tiveram em consideração qualquer avaliação séria sobre a experiência de aplicação ocorrida no ano letivo passado e não introduziram qualquer correção aos problemas identificados neste processo.

Por isso, a FENPROF vai fazer aquilo que o Governo não fez, não está a fazer e não quer fazer. Não competirá à FENPROF introduzir correções que suportem a política do governo para esta matéria, mas será a responsabilidade com que a FENPROF sempre trata estas questões que leva esta Federação a avançar, este ano letivo, com as seguintes ações:

1. Promoção nas escolas, em outubro, de um novo questionário para recolha de dados sobre:

1. O impacto da implementação dos diplomas publicados com implicações no novo regime de autonomia e flexibilidade curricular;

2. A organização das escolas/agrupamentos na implementação do modelo;

3. Os efeitos no trabalho dos docentes e na organização do seu horário, bem como nas condições de exercício da profissão e nas condições de trabalho dos alunos;

4. A política do manual escolar e a sua adaptação a esta nova realidade, designadamente no ensino secundário.

Este questionário será realizado online. A recolha deste questionário será feita até 7 de dezembro, data a partir da qual se procederá ao tratamento dos dados obtidos para posterior divulgação pública e intervenção reivindicativa;

2. Realização de estudos de caso envolvendo todas as regiões do país, com vista a aprofundar-se o conhecimento sobre a aplicação do regime, apoiando a ação dos professores e a intervenção responsável da FENPROF;

3. Realização de uma auscultação sobre o grau de satisfação dos professores (em fevereiro) em relação à aplicação dos normativos relativos à concretização do próprio Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

A FENPROF considera que a complexidade e os riscos, que decorrem de um inadequado e/ou insuficiente apoio do ME/Governo às escolas e aos professores na implementação do regime de autonomia e flexibilidade curricular, exigem um acompanhamento assíduo, por parte da tutela, da situação nos estabelecimentos de ensino e uma efetiva monitorização da implementação do modelo que permita detetar os problemas e resolvê-los no imediato.

É por isso que este trabalho da FENPROF, reconhecido pelos professores e educadores, assume, no atual contexto, enorme importância e importância, reconhecido pelos professores e educadores, tendo em conta que o governo lança as medidas e deixa a sua gestão às escolas e aos docentes, sem se preocupar com a existência de condições e de compreensão dos seus objetivos. ■



A Sagrada Família

Joaquim Jorge Veigunha

O espectro do cristianismo tradicionalista tanto na sua versão católica como na sua versão protestante evangélica paira sobre a Europa e outros continentes, de que se destaca o americano, tanto a norte, com os EUA de Trump, como a Sul, com o Brasil de Jair Bolsonaro.

Na Europa, o Partido Popular Europeu que nada tem a ver com os partidos democratas-cristãos do pós II Guerra Mundial, os quais estiveram na origem da construção do Estado Social europeu, admite sem reservas no seu regaço a organização do primeiro-ministro húngaro Viktor Orban que, para além da concentração de poderes e da instauração dum regime de censura *de facto* sobre a imprensa dissidente, se arvora em representante duma pretensa “identidade cristã” da nação para a qual existe apenas uma espécie de família, a família tradicional herdada de Adão e Eva antes do pecado original, centrada na “união voluntária entre homem e mulher”. A interrupção voluntária da gravidez é considerada por este personagem como um crime,

pois o feto deve ser defendido “desde a conceção”.

O integralismo católico italiano

A Itália foi no passado o centro do catolicismo social, o país que esteve na origem da doutrina social da Igreja em que avultam as duas encíclicas do Papa João XXIII, “*Mater et Magistras*” (1961) e “*Pacem in Terris*” (1963) que exerceram uma profunda influência na construção do projeto social europeu do pós-II Guerra Mundial. Poder-se-ão acrescentar ainda diversas figuras intelectuais e políticas da Democracia Cristã Italiana (DC): Luigi Sturzo (1871-1959), sacerdote, fundador do Partido Popular Italiano, que daria origem à DC, que, apesar do seu anticomunismo, esteve envolvido na fundação do movimento cooperativo e sindical católico e foi um opositor ao regime de Mussolini o que lhe valeu o exílio desde 1924, ano em que foi assassinado pelos fascistas o deputado socialista italiano Giacomo Matteotti (1885-1924); Aldo Moro, primeiro-ministro italiano aberto à entrada do Partido Comunista Italiano no Governo, raptado e assassinado

pelas chamadas “Brigadas Vermelhas”, com a cumplicidade ativa dos serviços secretos italianos, infiltrados nesta organização pseudopolítica de criminosos de delito comum; Benigno Zaccagnini (1912-1989), que partilhava as ideias de Moro e foi o líder da ala esquerda da DC, conhecida como ‘área Zac’; e, mais recentemente, Ciriaco de Mita, atualmente com 90 anos, primeiro-ministro italiano por um breve período de um ano, 1988-1989; não esquecer também Giorgio La Pira que, como Zaccagnini, foi deputado à Assembleia Constituinte que instituiu a I República italiana, autor de “*Per una Architettura Cristiana dello Stato*” (1954) onde defende o constitucionalismo democrático e os princípios do Estado social; e, ‘*last but not least*’, Nino Andreatta (1928-2007) um dos arquitetos da coligação ‘Oliveira’ e da candidatura de Romano Prodi a primeiro-ministro de Itália contra Silvio Berlusconi em 1996. O que é grave atualmente é que estas figuras, das quais apenas resta de Mita, aparentemente não deixaram traços da sua passagem pela vida cívica e política italiana, um país em que uma parte cada vez maior



da cidadania apoia soluções soberanistas de extrema-direita. Tal apoio, reflete-se na ascensão dum catolicismo integralista, apoiado e promovido por Matteo Salvini, ministro da Administração Interna, e que tem no ministro da família Lorenzo Fontana um dos seus principais apóstolos. Esta figura fundou, em 2014, o comité “Veneto Independente” que proclamava: “Basta de dissolução moral e espiritual da sociedade, reafirmemos o valor da tradição e dos nossos pais, plenamente expresso na religião católica tradicional” (*L’Espresso*, 23.09.18). Como governante está origem de legislação que visa, em nome da ‘Sagrada Família’ tornar cada vez mais complicadas as separações e os divórcios, proibir a adoção de crianças por casais homossexuais e criminalizar o aborto.

‘Family Day’

Segue-se um amigo de Fontana, o senador Simone Pillon, e que teve a brilhante ideia de criar, com a adesão entusiasta do grupo ‘Vita, Famiglia e Libertà’, o “Family Day”, versão católica do integralismo das seitas evangélicas norte-americanas, em que

é defendida fanaticamente a ‘família tradicional’ contra as novas formas de família. Mas destaca-se ainda pela influência crescente que possui o padre Vilmar Pavese da igreja da Santissima Trinitá dei Pellegrini, defensor da monarquia como forma predileta de governo dos seguidores da fé católica e que, se fosse rei, decretaria logo como primeira norma legislativa a abolição do aborto, do divórcio e da eutanásia (Entrevista a *L’Espresso*, 23.09.18). Todas estas figuras são apoiadas por Steve Bannon, o ideólogo da extrema-direita norte-americana, que criou ‘The Movement’ com o objetivo de apoiar os movimentos europeus reacionários europeus. Salvini já se inscreveu em ‘The Movement’ e recentemente estabeleceu uma aliança com a dirigente da Frente Nacional Marine Le Pen com vista à criação de uma ‘comunidade’ e não de uma União Europeia, o que constitui o primeiro passo para ‘federar’ as extremas-direitas europeias que recolhem o apoio dum número cada vez maior de cidadãos.

Mas o integralismo cristão não se reduz ao catolicismo, abrangendo também os grupos evangélicos norte-ame-

ricanos que estiveram por detrás da eleição de Donald Trump, bem como os seus homólogos no Brasil que apoiaram, juntamente com 50 milhões de brasileiros, o candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro que obteve 46% dos votos na primeira volta das eleições presidenciais brasileiras. Um dos seus representantes, o pastor Silas Malafaia, que participou na campanha de Bolsonaro, fez estas ‘edificantes’ considerações: “O Cristianismo não é religião é ideologia, é a tradição de base do Ocidente, da Europa, e esses psicopatas a querem destruir para implantar um modelo esquerdista e a sociedade brasileira rejeita isso, independentemente da religião, porque tem gente que considera que a família não é só coisa de religião, família é coisa de espírito, de católico, de evangélico, gente, eles estão enganados, família uma coisa preciosa” (*Público*, 6.10.18).

Em nome da ‘Sagrada Família’, *vade retro*, satânicos esquerdistas. ■

Recuperação do tempo de serviço dos professores: da demagogia à mentira

Nove anos quatro meses e dois dias foi o tempo que foi retirado à carreira aos docentes portugueses entre 2005 e 2007 e entre 2011 e 2017; este último foi retirado também a todos os outros trabalhadores da Administração Pública. Isto é, em tempo de crise, os trabalhadores da Administração Pública viram confiscados vários direitos que integravam os respetivos contratos de trabalho. Alguns, os que usufruíam “altos” salários - superiores a 1500€ e, em 2014, os salários acima de 675€ - ficaram sem parte do salário, cortaram subsídios de férias e de natal; aumentaram os horários de trabalho, tudo em nome do bem comum – o pagamento da crise provocada essencialmente pelos desmandos da banca. Tais medidas chegaram a ser apresentadas por Passos Coelho como a fatura a pagar por os portugueses “terem vivido acima das suas possibilidades” ...

Em tempo de recuperação de direitos e de perdas salariais ocorridos no período negro da troika, o atual governo foi repondo salários, subsídios, horários de trabalho e carreiras com a retoma da contagem do tempo de serviço em 1 de janeiro de 2018 e ainda, para os trabalhadores das carreiras do regime geral, a contagem integral dos 7 anos não contados entre 2011 e 2017. As carreiras fora do regime geral que têm

regulamentos específicos, entre elas a dos professores e educadores, ficaram fora da recuperação dessa parte dos direitos confiscados. O governo, talvez inspirado na justificação de Passos Coelho para aplicar os cortes de direitos aos trabalhadores – parece entender que os professores e educadores vivem acima das suas possibilidades - e, como tal, pretende impedir o acesso ao topo da carreira aos professores que estão nos escalões de ingresso ou nos intermédios, manipulando a estrutura da carreira docente e prolongando-a de 34 para 44 anos!

Desde novembro de 2017 até setembro de 2018 sucederam-se vários episódios: assunção de compromissos em período de luta forte dos professores, votação de uma norma em sede de Orçamento de Estado e de uma Resolução em sede da Assembleia da República, todas no sentido da contagem do tempo de serviço devendo ser negociado com as organizações sindicais o prazo e o modo dessa contagem.

A máscara caiu quando finalmente foi iniciado esse processo “negocial”. Afinal o governo apenas pretendia contar parte do tempo e, demagogicamente, apresentou uma fundamentação absurda e incoerente, mas aparentemente inatacável para o comum dos cidadãos. Baseado no princípio da proporcionalidade o governo contou aos trabalhado-



res do regime geral da Administração Pública os 7 anos perdidos de 2011 a 2017; como os escalões da carreira do regime geral têm a duração de 10 anos, o governo considera que contou a esses trabalhadores 70% do tempo de um escalão da sua carreira, logo, como a duração dos escalões da carreira dos docentes é em média de 4 anos, por uma questão de justiça também lhes conta 70% do tempo de um escalão; daí a proposta e a decisão final do governo de contar apenas 2 anos 9 meses e 18 dias.

Este procedimento é demagógico e mentiroso. Demagógico porque joga com um conceito de justiça relativa com base em 2 mentiras: o problema que tem de ser resolvido não é a perda de tempo num escalão da carreira, é a perda do tempo de serviço que os vários governos decidiram não contar para a carreira. Aos trabalhadores da Administração Pública cuja carreira se rege pelo regime geral não foram contados 7 anos; o governo devolveu-lhes, e bem, a totalidade desse tempo que,



por acaso corresponde a 70% de um escalão e a 100% do tempo perdido. Aos docentes não foram contados 9 anos, 4 meses e 2 dias e o governo apenas pretende contar 30% desse tempo, que por acaso corresponde a 70% da duração de um escalão.

Unilateralmente e sem ter em conta o Compromisso assinado com as organizações sindicais, uma Resolução da Assembleia da República e uma norma do Orçamento de Estado para 2018, o governo aprovou em Conselho de Ministros um decreto-lei cujo conteúdo se desconhece, desconhecendo-se também se já foi ou não enviado para apreciação do Presidente da República mas o que se sabe é que pretende apagar seis anos e meio da carreira dos professores e educadores.

Porque não aceitamos a discriminação a que os docentes têm sido sujeitos; porque queremos recuperar o tempo em que as carreiras se mantiveram congeladas; porque pretendemos negociar o prazo e o modo da recuperação dos 9 anos 4 meses e 2 dias, apresentámos

ao governo propostas concretas para a recuperação do tempo de serviço, com prazos abertos à negociação, com impacto em diversos domínios da carreira, e também, por opção, na aposentação. Apelámos (apelamos!) ao Presidente da República que não promulgue o decreto-lei do governo e aos grupos parlamentares que assumam as suas competências de fiscalização da ação do governo, exigindo que cumpra aquilo a que está obrigado.

O governo e, em particular o ministro da Educação, tem-se revelado incapaz de dialogar com os professores e de se impor perante os seus pares no governo. Talvez por ignorância e nunca se ter preocupado em conhecer a verdadeira situação profissional dos docentes deste País, o ministro, nas poucas vezes que se pronuncia publicamente sobre educação e escolas, fala de generalidades e demonstra ser absolutamente desconhecedor ou indiferente à verdadeira condição profissional dos docentes que tutela. Parece desconhecer, por exemplo, que há docentes com 20 anos de

serviço no 1º escalão da carreira; que em média o salário líquido mensal de um professor andar pelos 1300 euros; que os docentes trabalham muito mais do que as 35 horas do seu horário, etc. Neste contexto é difícil acreditar que se bata a sério pela procura de soluções, desde logo, entre os seus pares!

Quando sair do governo ninguém se lembrará dele ou, se se lembrar, será pela falta de intervenção sustentada sobre questões que são do seu âmbito de atuação - o pior que pode acontecer à Educação é ter um ministro da Educação que parece não existir!

Os professores continuarão a lutar diariamente por um futuro melhor para a escola, para os alunos e para si próprios. Desenganem-se os que pensam que a exigência de justiça na contagem do tempo de serviço prestado em funções docentes desaparecerá com o decorrer do tempo – os professores trabalharam, cumpriram a sua parte do contrato com o Estado, o Estado não está a cumprir mas a justiça será feita. ■

Legalidade nos Horários e nos sumários na Educação Pré-escolar

O setor da Educação Pré-escolar do SPGL

Têm chegado ao conhecimento do Setor pré-escolar do SPGL alguns pedidos de esclarecimento sobre os horários de trabalho dos educadores de infância e a realização de sumários no programa INOVAR, nos quais são dadas a conhecer situações irregulares que contrariam toda a lógica inerente ao desenvolvimento do currículo na Educação Pré-escolar.

Sempre foi entendido como certo pelos (as) Educadores (as) de Infância, pelo SPGL e até mesmo pela esfera governativa, que um horário de um docente da Educação Pré-escolar não deverá estar estruturado/compartimentado pelas áreas de conteúdo, pois estas são trabalhadas de forma transversal e articulada. Esta certeza decorre não só da prática pedagógica que sempre sustentou o trabalho dos docentes da Educação Pré-escolar, bem como da diversa legislação que existe em relação à gestão do currículo e de alguns contributos pedagógicos.

Assim, como referências legislativas temos:

- A **Circular nº 17/DSDC/DE-PEB/2007** na qual é referido:

“O desenvolvimento curricular na Educação Pré-Escolar é da responsabilidade do educador que exerce a actividade educativa/lectiva de 25 horas semanais, em regime de monodocência, devendo a sua acção orientar-se pelo disposto nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. A actividade educativa/lectiva de 5 horas diárias deve prever e organizar um tempo simultaneamente estruturado e flexível em que os diferentes momentos tenham sentido para as crianças com

a finalidade de proporcionar processos de desenvolvimento e de aprendizagem pensados e organizados pelo educador intencionalmente.”

- **O Decreto-Lei nº 241/2001 de 30 de Agosto** que no seu **Anexo I** define o **“Perfil específico de desempenho profissional do educador de Infância”**.

No capítulo II - Concepção e desenvolvimento do currículo é referenciado:

“1 — Na educação pré-escolar, o educador de infância concebe e desenvolve o respectivo currículo, através da planificação, organização e avaliação do ambiente educativo, bem como das actividades e projectos curriculares, com vista à construção de aprendizagens integradas. Por sua vez a alínea d) do ponto 3 do mesmo capítulo refere “Planifica actividades que sirvam objectivos abrangentes e transversais, proporcionando aprendizagens nos vários domínios curriculares;”

- As **OCEPE**, homologadas pelo **Despacho 9180/2016 de 19 de julho**, que apresentam uma visão holística do desenvolvimento da criança e dos processos de aprendizagem, não fragmentando esse desenvolvimento em domínios, dimensões ou áreas, nem dissociando o desenvolvimento da própria aprendizagem.

Nelas é referido que *“a definição de quaisquer áreas de desenvolvimento e aprendizagem representa apenas uma opção possível de organização da acção pedagógica, constituindo uma referência para facilitar a observação, a planificação e a avaliação, devendo as diferentes áreas ser abordadas de forma integrada e globalizante.”* Deste modo a flexibilidade da gestão dos tempos é definida pelo(a) educador(a), não

comprometendo as necessárias rotinas que se têm que criar, respeitando os ritmos e os diferentes tipos de actividade”.

Na edição da revista do SPGL (EI nº 278) de Maio de 2017 Cristina Mesquita, (docente da E.S.E. de Bragança, doutorada em Estudos da Criança) referindo-se às OCEPE, evidenciou que *“Nesta conceção holística, encontramos um excelente argumento para não compartimentar as áreas do saber, para não escrever sumários, para não aceitar que o dia das nossas crianças se organize em torno de um processo rotinizante e conteúdal.”*

Com todas estas evidências é incompreensível este atropelo! Não se entende de onde vêm estas regras e imposições. Estamos em crer que nascem no seio de direcções que não conhecendo a realidade do trabalho em Jardim de Infância nem a legislação que o suporta, estão a contribuir para a escolarização da Educação Pré-escolar.

Assim sendo, parece-nos importante defender e apelar à importância do cumprimento de que:

- Toda a actividade pedagógica de 5 horas diárias na Educação Pré-escolar deve ser organizada e inscrita no horário de trabalho, numa lógica simultaneamente estruturada e flexível;

- A obrigatoriedade de escrever sumários compartimentados deve ser contrariada pela legislação em vigor.

Qualquer irregularidade deve ser denunciada junto da IGEC.

Pela defesa de uma Educação Pré-escolar de qualidade!■

II Encontro Internacional sobre

O desgaste na profissão docente

Divulgação dos resultados finais do Estudo "As Condições de Vida e Trabalho na Educação em Portugal (Burnout)"



O Estudo apresentado no Encontro Internacional de dia 19 de outubro – Inquérito Nacional sobre as Condições de Vida e de Trabalho na Educação em Portugal – parte do reconhecimento, afirmado na sua introdução, “da centralidade do trabalho para a formação social” [pg. 8]. Nessa perspetiva pretende responder a algumas questões públicas: “Por que uma grande parte dos professores, ao final do dia, sentem-se esgotados? Quais são as causas do sentimento de exaustão emocional entre os docentes? De onde advém o stress laboral na educação escolar? Como compreender e/ou explicar um mal-estar tão difuso e generalizado nas funções, estrutura e dinâmicas desta atividade vital?” [pg. 8]

Para responder a estas questões, foram recolhidos nas escolas portuguesas, entre fevereiro e abril de 2018, 18.420 inquéritos.

Os inquéritos foram recolhidos em todo o país, incluindo as regiões autónomas, tendo sido preenchidos por educadores de infância, professores dos ensinos básico e secundário e, também, da educação especial. Respeitou-se a proporção de docentes, quer por regiões, quer por setores de educação e de ensino. [pg. 11]

O que é o burnout?

Maslach e Jackson (1981) afirmam que a dita **Síndrome do Esgotamento Profissional** ou, simplesmente, síndrome de *burnout*, é constituída por (pelo menos) três componentes:

a) Exaustão | Caracteriza-se por uma falta de energia e um sentimento de esgotamento de recursos. A maior causa de exaustão no trabalho é a sobrecarga e o conflito pessoal nas relações. Seria um desgaste de vínculo afetivo (*rapport*) na relação indivíduo-trabalho. A

exaustão emocional está ligada à falta de recursos emocionais, ao sentimento de que não se é útil aos outros, e que não se tem nada para lhes oferecer. É um componente que pode ter manifestações, quer físicas, quer psíquicas, ou ambas. O receio e o temor de voltar ao trabalho no dia seguinte é um dos sintomas mais comuns relatados.

b) Despersonalização | Caracteriza-se por tratar os indivíduos, colegas, e a instituição, como objetos. A despersonalização ocorre quando o vínculo afetivo é substituído por um racional.



Foto: Jorge Caria (FENPROF)

É um estado psíquico em que prevalece o cinismo ou a dissimulação afetiva, a crítica exacerbada de tudo e de todos os demais e dos *milieux* laborais. A despersonalização é o desenvolvimento de sentimentos negativos, de atitudes e condutas de cinismo frente às pessoas com quem se trabalha. Estas pessoas são vistas pelos profissionais de maneira desumana devido a um endurecimento afetivo. Os sintomas comuns nessa fase são ansiedade, irritabilidade, desmotivação, descompromisso (com resultados), alienação, e conduta voltada a si mesmo.

c) **Desrealização** | Esta é caracterizada como uma forma de se autoavaliar de forma negativa. As pessoas sentem-se infelizes com elas próprias e insatisfeitas com o seu desenvolvimento profissional. Experimentam um declínio no sentimento de competência e no êxito no seu trabalho e da sua capacidade de interagir com outras pessoas. Esta diminuição no senso da auto-eficácia tem sido relacionada com a depressão e a incapacidade para lidar com o trabalho, podendo ser exacerbada pela falta de suporte social e oportunidades de desenvolvimento profissional. O baixo envolvimento pessoal no trabalho, que também pode ser entendido como baixa realização pessoal no trabalho ocorre

nessa relação afeto-trabalho, sendo, na verdade, a perda de investimento afetivo. É, assim, uma experiência subjetiva, envolvendo atitudes e sentimentos que podem acarretar problemas de ordem prática e emocional ao trabalhador e à organização do trabalho. A ausência de realização pessoal desencadeia uma diminuição das expectativas pessoais e ondas de crescente autodepreciação, originando-se, assim, sentimentos de fracasso e uma baixa autoestima. [pg. 28]

RESULTADOS – contributos para uma análise crítica

76,4% dos professores portugueses apresentam sinais de **esgotamento emocional**. Destes 20,6% apresentam sinais preocupantes de esgotamento emocional, 15,6% dos professores têm sinais críticos de esgotamento emocional, e 11,6% dos professores estão em esgotamento emocional pronunciado. Se olharmos o Índice de **desrealização** (IRP) verificamos um amplo espectro de respostas, e um sector com níveis preocupantes: 42,5% dos professores têm IRP abaixo dos 50 pontos. [pg. 66] Entre os **factores determinantes relacionais** que resultam dos dados do inquérito já estudados [...] está inequi-

vocamente o cansaço, a idade dos professores, a burocracia, a indisciplina, a hierarquia rígida e a falta de criatividade. A hipótese mais plausível explicativa desta relação, ainda em estudo na sua totalidade, é uma dissociação entre as expectativas de trabalho com autonomia, criatividade e direitos laborais e a real degradação progressiva das relações de trabalho e vida nas escolas bem como o declínio das expectativas em relação ao futuro [pg. 66].

Saúde mental no trabalho – Organização do trabalho

Quando nos interessamos pela questão da saúde mental no trabalho, para além das condições de trabalho, devemos igualmente interessar-nos por uma outra vertente: **a organização do trabalho**.

Esta última é caracterizada, de modo sumário, por três dimensões:

- A divisão das tarefas e a definição do conteúdo do trabalho;
- A prescrição de objetivos e dos métodos que o trabalhador deve empregar para os atingir (através de descritivos funcionais, da caracterização dos postos de trabalho e dos modos operatórios);
- A repartição dos trabalhadores através da hierarquia, os modos de comu-

nicação e as relações de subordinação que organizam as relações profissionais. [pg. 69]

Enquanto as condições de trabalho têm repercussões na saúde do corpo, a organização do trabalho tem efeitos no funcionamento psíquico dos sujeitos.

Para percebermos o sofrimento e os distúrbios psicológicos relacionados com o trabalho, devemos, portanto, interessar-nos pela organização do trabalho e pelo seu impacto, positivo, nuns casos, negativo, noutros, no equilíbrio mental dos indivíduos. [pg.69]

Dois grandes conjuntos de patologias mentais relacionadas com o trabalho:

- As patologias de sobrecarga
- As patologias da solidão

É muito mais provável, estamos convencidos que esta é a conclusão inicial cimeira deste estudo, que o fator cansaço e idade sejam secundários no quadro de *burnout* face a, citando Goethe em *Afinidades Electivas*, não «utilizar, diariamente e a qualquer hora, para be-

com os *fins da educação/trabalho docente*, isto é, a educação para o mercado, valor de troca, enquanto violadora do sentido precípuo do educador, o seu *valor de uso* – fazer crescer, educar, transformar o aluno, são sentidos malogrados sistematicamente pelos objetivos traçados com os planos de *formação da força de trabalho*.

Destacamos assim que há uma correspondência entre a forma de gestão e o destino e objetivos do trabalho – a uma produção baseada nas necessidades humanas corresponde necessariamente uma gestão coletiva/democrática. A uma produção para o lucro – ou no caso da educação *formação de força de trabalho para o mercado* – corresponde necessariamente/uma gestão hierárquica. [pg. 73]

Combinando no nosso Inquérito **dois índices, o de bem-estar sociodemográfico e o de mal-estar sociodemográfico** estes atuam inversamente. O de **bem-estar** mede a criatividade e espírito de equipa, recursos positivos, desempenho elevado, disponibilidade das hierarquias, realização, participação nas decisões, informações adequa-



Foto: Jorge Caria (FENPROF)

fissionais e pessoais, encerramento de escolas, cortes orçamentais, carga de trabalho fora de horas, tarefas aos fins-de-semana. Os fatores de conforto e mal-estar entram de forma negativa e os de bem-estar de forma positiva. [pg. 84]

Quando se experimenta mais a concorrência do que a cooperação, mais a hierarquia do que a horizontalidade, mais heteronomia/subordinação do que autonomia/igualdade, mais sujeição do que emancipação e mais passividade rotineira do que atividade criadora, há uma tendência geral ao *Burnout*. [pg. 94]

Algumas conclusões significativas

- “É patente a intensa relação entre as relações de hierarquia burocráticas e o esgotamento docente em Portugal” [pg. 75], sendo claro que “quanto maior a existência de conflitos com a direção, maior o Índice de Esgotamento Emocional” [pg. 84].

- “ (...) Surprenderiam (...) os baixos índices de despersonalização (...). O gosto, afeto e prazer que a maioria dos professores conserva pelos seus alunos são reveladores de que, perante este ambiente hostil há uma implosão (do docente) e não uma explosão (no outro, o aluno) [pg. 90]

Toda a informação sobre o Encontro em: <https://www.fenprof.pt/?aba=27&mid=115&cat=95&doc=11750>. ■

“A teoria social de que os seres humanos são produtos de suas circunstâncias e sua educação – e seres humanos transformados seriam os produtos de outras circunstâncias, e uma nova educação, por ora transformada – esquecer-se-ia de que as circunstâncias elas mesmas são transformadas, precisamente, pelos mesmos seres humanos e que os educadores têm, eles próprios, de serem educados. Acabar-se-ia, assim, por dividir a sociedade em duas partes, uma das quais ficaria elevada acima dela própria (por exemplo, em R. Owen). A coincidência da transformação das circunstâncias e do meio e da atividade vital humana só pode então ser percebida – e, por fim, racionalmente compreendida – enquanto uma práxis revolucionária.”

(Ad Feuerbach, Karl Marx e Friedrich Engels, 1845).

nefício dos outros, a multiplicidade de talentos que ele desenvolveu dentro de si», isto é a **dissociação entre as expectativas criadas e as efetivamente vividas** ao longo de um tempo na escola que foi transformado e transformou os professores. [pg. 69]

É essencial compreender a relação de causa-efeito do adoecimento relevada no estudo, não só com a gestão, mas

das, autonomia e apoio da estrutura, boa organização do tempo e horários, previsibilidade, motivação dos alunos. O de **mal-estar** mede a insegurança no trabalho, violência e vandalismo pelos alunos, indisciplina, insucesso, bloqueio profissional, salários insuficientes, isolamento, conflitos com hierarquia, contactos negativos com pais e encarregados de educação, imagem pública, falta de serviços e apoios pro-

A recuperação do tempo de serviço e a questão dos horários no centro de um período com muitas lutas



1 de outubro: Greve dos docentes dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, dando início a uma semana de greves por regiões.

5 de outubro: Manifestação de professores e educadores, em Lisboa. (Início na Alameda D. Afonso Henriques e termo no Terreiro do Paço, junto ao Ministério das Finanças)

29 de outubro: Início de uma greve, sem termo definido, a toda a atividade exigida, mas que não conste no horário do professor (reuniões intercalares, conselhos de turma, de departamento, ou quaisquer outras) e a atividades letivas inscritas nos tempos de atividade não letiva de escola (apoio a grupos de alunos, coadjuvações...)



2 de novembro: concentração junto da Assembleia da República onde o ministro Brandão Rodrigues defende o indefensável: o conteúdo do OE2019 para a Educação.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA CONSIDERA ILEGAL SERVIÇOS MÍNIMOS DECRETADOS PARA AS REUNIÕES DE AVALIAÇÃO - A ler no próximo número do Escola-Informação

O OE 2019 e as suas engenharias financeiras e eleitorais

OE.2019
ORÇAMENTO

• **Rolando F. Silva**
Conselho Geral do SPGL

Escrevo este texto pouco tempo depois da sua apresentação pelo Governo à Assembleia da República e antes do início da sua discussão neste órgão, portanto ainda algo longe da sua versão final e da sua votação e tendo também em conta que ele se reporta ao próximo ano que será marcado, em Portugal, por duas eleições: primeiro para o Parlamento Europeu e, depois, para a Assembleia da República. Será uma tentativa de fazer uma síntese geral e global do OE 2019 a que posteriormente se seguirá um aprofundamento da parte relativa ao sector da Educação.

Como seria normal o Ministro das Finanças fez à comunicação social uma apresentação do orçamento salientando aquilo que do seu ponto de vista seriam os aspectos mais favoráveis, a saber:

(1) Para as *famílias* este orçamento “aumenta o mínimo de existência e traz mais protecção social” com base na finalização da reforma do IRS iniciada em 2018. Contudo, os escalões deste imposto sobre as pessoas singulares não serão actualizados em 2019.

(2) Em termos de *desemprego* prevê uma redução desta taxa até chegar aos 6,3%.

(3) Para as *empresas* deixa de ser obrigatório o PEC (pagamento especial por conta) e haverá uma descida do IRC para as empresas do interior que criem emprego.

(4) Para a *função pública* estará prevista a recuperação de direitos, com o descongelamento de salários, promoções e novas contratações. Os termos em que isto será feito não estão ainda definidos e a verba dos 50 milhões de euros que foi anunciada é completamente insuficiente. Para a carreira específica dos professores continua a intransigência governamental quanto à recuperação da contagem integral do tempo de serviço congelado há cerca de 9 anos para a pro-

gressão na carreira.

(5) Prevê igualmente a descida da *dívida pública* em cerca de 6 pontos percentuais, atingindo os 118,5% do PIB (produto interno bruto).

O que os partidos da esquerda reivindicaram para a inclusão no OE 2019 foi o *aumento extraordinário das pensões* (que custa 137 milhões de euros), o termo da dupla penalização nas *reformas antecipadas das grandes carreiras contributivas* (custa 66 milhões), o fim do já referido PEC para as *empresas* (custa 100 milhões) e o alargamento de prestações sociais como o *abono de família* ou a *prestação social para inclusão* (mais 200 milhões).

Feitas as contas estas medidas poderiam custar mais algumas centenas de milhões de euros, mas tendo em conta todas as outras variáveis (o crescimento da economia estimado em 2,2% do PIB e que, em termos nominais ascende a 3,4% e o crescimento da receita fiscal) é ainda possível pensar na satisfação dessas medidas acordadas e ainda numa descida do défice público de 0,7 para 0,2% no orçamento para o próximo ano, que corresponderá a cerca de 380 milhões de euros.

Aqui começam agora as operações de engenharia financeira: é que a UTAO (unidade técnica de apoio orçamental) verificou que a despesa prevista neste OE 2019, no caso de ser totalmente efectuada, implicaria um défice de 0,5, em vez dos 0,2% previstos. Aqui entram em linha de conta as famosas *cativações* de Centeno, que poderão chegar até aos 590 milhões de euros, que é o resultado da diferença entre esses dois valores referidos. Segundo a UTAO esta sobre-orçamentação contraria o princípio da transparência...

Do ponto de vista político não há dúvida que este OE é um orçamento eleitoralista e não foi fácil fechá-lo, nomeadamente quanto à questão já anunciada (mas

ainda sem data marcada) das *reformas antecipadas* aos 60 anos de idade com 40 anos de descontos, que poderia, segundo o jornal *Expresso* de 27 de Outubro, ter levado ao antagonismo entre Vieira da Silva e Mário Centeno dentro do próprio governo.

E é exactamente neste quadro de indefinições orçamentais que o crescimento que está a atingir a luta social, nomeadamente ao nível dos professores e da função pública, pode assumir um papel importante nos resultados eleitorais do próximo ano. Que também vão depender da execução orçamental que for feita...

Quanto à comparação propriamente dita entre os orçamentos da “geringonça da direita” (PSD/CDS, entre 2011 e 2015) e os da “geringonça da esquerda” (nos últimos anos), deixamos a palavra ao especialista Eugénio Rosa:

“Entre 2011 e 2015, com o governo PSD/CDS e troika, o PIB, ou seja a riqueza criada no país, a preços correntes, portanto sem deduzir o efeito da subida dos preços, aumentou apenas em 3.642,5 milhões € pois passou de 176.166 milhões € para 179.809 € (*a preços constantes portanto deduzindo o efeito da subida de preços, sofreu uma redução de 4.441,2 milhões €*), segundo o INE, no entanto **as receitas fiscais cresceram em 4.820 milhões €, portanto mais 32,3% que o aumento do PIB (riqueza criada no país)**.

Entre 2015 e 2019, com o governo do PS apoiado pelos partidos da esquerda, o PIB a preços correntes deverá crescer 29.639 milhões € pois passará de 179.809 milhões € para 209.448 milhões € (*a preços constantes, o aumento do PIB deverá ser de 15.611 milhões €*) segundo as previsões do governo, e as receitas fiscais aumentarão 6.651 milhões €, **portanto as receitas de impostos crescerão menos do que um quarto do aumento do PIB (riqueza criada no país)**.” (Estudo 52-2018-OE2019).■

Orçamento do Estado para 2019 entra em fase de especialidade

Professores exigem que os seus problemas, bem como os das escolas, ignorados na proposta do governo, mereçam as respostas adequadas na fase de especialidade

Foi aprovada, na generalidade, a proposta do governo de Orçamento do Estado para 2019. Como já antes se pronunciou, a FENPROF considera essa proposta insuficiente, limitada e, em inúmeros aspetos, negativa. A proposta agora aprovada passa ao lado da Educação e não contempla uma única medida que dê resposta aos problemas que se abatem sobre as escolas e sobre os seus profissionais, desde logo, os docentes.

Porém, o **Orçamento do Estado para 2019 ainda não está definitivamente aprovado**, pois segue-se, agora, o debate na especialidade. Neste debate, os grupos parlamentares apresentarão propostas para que sejam integradas no OE, sendo a versão final votada, de novo, pelo plenário. Então, sim, estará aprovado o Orçamento do Estado para 2019.

Recorda-se que foi nesta fase de especialidade que, no último dia do debate, se negociou o artigo 19.º do Orçamento do Estado de 2018, que prevê a contagem de todo o tempo de serviço que esteve congelado e responsabiliza o governo pela negociação, com as organizações sindicais, do prazo e do modo da recuperação. Assim, **a partir de agora e até 29 de novembro, data da votação final, os professores esperam dos diversos grupos parlamentares a apresentação de propostas que deem resposta às suas justíssimas reivindicações**, designadamente prevendo:

- O primeiro momento do faseamento da recuperação dos 9 anos, 4 meses e 2 dias, em cumprimento do OE de 2018;

- Medidas de despenalização efetiva da aposentação antecipada e que também se apliquem aos professores;

- A regularização dos horários de trabalho ilegais que o governo impõe aos professores;

- A aprovação de um regime de vinculação que, efetivamente, combata a precariedade vivida por milhares de professores.

Esperam, ainda, que esta fase de debate do OE na especialidade permita corrigir problemas que afetam ou poderão vir a afetar as escolas, desde logo, suprimindo tudo o que possa resultar em municipalização na área da Educação. Espera-se, também, que esta seja a oportunidade de dar resposta à reconhecida carência de pessoal auxiliar nas escolas e de iniciar o processo de democratização do seu regime de gestão. Será, ainda, importante que, no sentido de melhorar as condições de aprendizagem dos alunos, haver uma redução efetiva do número de alunos por turma, incluindo no ensino secundário, ou de serem criadas condições, através do reforço de recursos, a uma verdadeira inclusão escolar.

No que respeita ao **Ensino Superior e à Ciência**, são necessárias alterações de especialidade no sentido de garantir, desde logo, os recursos financeiros necessários ao cumprimento, pelas instituições, das suas obrigações legais, nomeadamente em relação à regularização de vínculos precários e às progressões e outras alterações remuneratórias de quem se encontra na carreira.

Com o **objetivo de denunciar a falta de vontade política do governo para resolver os problemas das escolas e dos professores, e exigir soluções para os mesmos**, designadamente no âmbito do OE para 2019, a FENPROF:

- Estará presente no **Plenário Nacional que se realizará no dia 2 de novem-**

bro, pelas 15 horas, junto à Assembleia da República, quando o ministro da Educação estiver presente para debater o OE para o setor;

- No **dia 5**, a partir das 16 horas, estará junto do Altice Arena para distribuir um **texto de denúncia aos participantes na Web Summit**;

- No **dia 7** juntar-se-á à ABIC, junto à Assembleia da República, na **concentração de protesto que investigadores e docentes** farão enquanto o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior estiver na discussão do OE para o setor;

- Em **15 de novembro**, juntando os professores aos restantes trabalhadores que se manifestarão em Lisboa, na ação convocada pela CGTP-IN.

Até dia 29 de novembro, **aditem-se outras ações** que a FENPROF decidirá na reunião do seu Secretariado Nacional de 8 e 9 de novembro, dependendo do curso do debate na especialidade.

Por último, aproveitando a presença do ministro da Educação na Assembleia da República na próxima sexta-feira, espera-se que os grupos parlamentares o confrontem com a sua postura antidemocrática de obstrução do direito à greve por parte dos professores. Recorda-se que este ministro, pervertendo o conceito de “necessidade social impreterível”, entende que toda a atividade docente está abrangida por esse conceito, procurando, assim, numa atitude sem paralelo nos 44 anos de democracia, limitar o exercício de um direito constitucional, o direito à greve. Para além dos aspetos jurídicos, que serão apreciados no local próprio, a FENPROF entende que há também um problema político que a Assembleia da República não pode deixar de condenar. ■

O Secretariado Nacional

Encontro Nacional . 26 de novembro 2018

Lisboa | Escola Secundária de Camões | 11:00 horas

“Envelhecer com saúde e com direitos”



25º aniversário do 1º Congresso dos Professores Aposentados da FENPROF

No próximo dia 26 de novembro vamos realizar um **Encontro Nacional de Docentes aposentados** com o objectivo de comemorar a realização do 1º Congresso Nacional dos Professores Aposentados, da FENPROF. Foi há 25 anos na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, durante os dias 25 e 26 de novembro de 1993. Realizado no ano europeu de solidariedade entre gerações, este 1º Congresso contou com a participação de cerca de 500 professores/as e educadores/as. Desde 1989 (ano da publicação do

ECD) que se tinha gerado um enorme movimento de aposentados, face à gravíssima injustiça em que se encontravam, pois as pensões tinham ficado muito desvalorizadas, sobretudo as aposentações dos mais idosos, que chegavam a receber 35% a 40% dos vencimentos dos docentes no ativo. Este 1º Congresso, para além de definir as reivindicações, entre as quais a equiparação de todas as pensões aos vencimentos dos/as professores/as no ativo, e as formas de luta a desenvolver, aprovou a Carta dos Direitos dos Professores Aposentados, que, ainda

hoje, é atual e representa um marco, não só para os docentes que a aprovaram, como para todos os que lhes seguiram.

Esta comemoração irá também reafirmar os nossos direitos e a determinação na luta por aposentações condignas, que tenham em conta o desgaste da profissão e o seu valor social insubstituível.

Os interessados em participar deverão inscrever-se no SPGL ou contactar o Tlm. 960 202 007 ■

Concerto e Jantar de Natal



No próximo dia **15 de Dezembro** iremos comemorar o Natal com um encontro de sócios aposentados. Neste dia iremos assistir ao **concerto MEMORIAL, de celebração dos 20 anos do prémio Nobel de José Saramago, pela Orquestra Metropolitana de Lisboa, dirigida por Jonas Alber, uma obra em estreia absoluta de António Pinho Vargas.**

De seguida juntar-nos-emos no **Restaurante Português Sem Dúvida** para um delicioso e alegre tradicional **jantar de Natal** do Departamento de Professores e Educadores aposentados do SPGL.

O número de inscrições é limitado a 40.

Os interessados deverão inscrever-se até 7 de Novembro.

Ações socioculturais realizadas



Visita à Quinta do Mocho, Quinta da Fonte e Teatro Ibisco - A ARTE CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

O grupo da Escola Intercultural, do SPGL, organizou uma visita, a 29 de setembro, e nós fomos. Na Quinta do Mocho, Sacavém/ Loures, observámos a Galeria de Arte Pública guiados por jovens, ali residentes, que com entusiasmo e orgulho nos falaram das pinturas e seus autores, nacionais e internacionais. Provámos a gastronomia africana.

Na Quinta da Fonte, Apelação/Loures, assistimos, no Teatro Ibisco, a uma peça representada por jovens talentosos. Fomos ainda informados das atividades culturais que promovem o envolvimento de todos. Saímos mais informados sobre aquela

realidade e assim podermos eliminar estigmas. Valeu a pena.

Sessão de Formação – Informática

Realizou-se a 24 de outubro uma sessão aberta de informática na área do tratamento de fotografia e vídeo. Presentes 11 participantes que propuseram a continuação destas sessões, nomeadamente, nos seguintes âmbitos:

- Dúvidas gerais sobre o funcionamento dos computadores pessoais
 - Prática de trabalho com fotos e vídeos
 - Internet e Redes Sociais
- Brevemente serão calendarizadas as respetivas sessões.

Dia 25/10 – um dia na Biblioteca Nacional

Voltámos à Biblioteca Nacional de Portugal. Desta vez realizámos uma visita guiada a vários serviços da Biblioteca como a sala de consulta e informação das obras e documentos, a área de leitura para deficientes visuais

e o arquivo distribuído por 10 pisos com 110 metros de comprimento onde se encontram seis milhões de obras editadas desde o séc. até aos nossos dias.

De tarde visitámos a exposição “As mil e uma noites em Portugal” que pretende redescobrir e valorizar a presença desta obra em Portugal e nos mostrou um extraordinário trabalho de concepção e planificação de uma exposição.



Fabrizio Boscaglia, um dos Curadores, guiou-nos na exposição e brindou-nos com um profundo conhecimento, grande sentido de humor e um discurso simples que nos ofereceu um amplo e diversificado entendimento daquela extraordinária obra.

Foi “As mil e uma noites de encantamento numa visita guiada” ■

Um novo projeto:



Histórias por contar

Participa nesta iniciativa que pretende valorizar e partilhar as nossas memórias, experiências vividas no nosso dia a dia como professores.

Histórias que até hoje guardadas, serão o testemunho dos caminhos percorridos por nós, professores, ao longo da carreira recheada do gosto de ensinar e aprender, de emoção, de esforço, de alegria e de luta constante pela valorização do nosso trabalho.

Escreve. O texto deverá ter no máximo, cinco páginas A4 com letra 14. O prazo de entrega será até 30 de Novembro.

Envia a tua história para fernandaferrao43@gmail.com. A tua colaboração é essencial.



Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL

 **SPGL** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direção: spgl@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9100
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação

●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste

●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt

●Torres Vedras

Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

●Santarém

Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

●Tomar

Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt

●Torres Novas

R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt

●Barreiro

Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt

●Almada

R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

O meu livro quer outro livro

“A noite mais longa de todas as noites”, de Helena Pato



Em 17 de outubro de 2018 ocorreu, no Auditório do SPGL, mais uma sessão de “O meu Livro quer outro Livro”, organizada pelo Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL, desta vez tendo como convidada Helena Pato, para apresentar o seu livro “A Noite mais longa de todas as Noites”, publicado em 2ª edição.

Helena Pato, dirigente política da CDE (Comissão Democrática Eleitoral), uma das fundadoras do Movimento Democrático das Mulheres e ativa militante na resistência ao regime fascista, esteve no exílio durante três anos e esteve presa, pela polícia política, na Cadeia de Caxias, durante seis meses, sempre em regime de isolamento. Fez parte do núcleo de professores que, no início da década de 70, criou e dirigiu os Grupos de Estudo do Pessoal Docente. Foi uma das fundadoras do SPGL, tendo pertencido às primeiras direções. É autora de vários livros e múltiplas publicações.

Para esta sessão, Helena Pato trouxe consigo quatro companheiras de luta:

Lurdes Silva, Adelaide Carvalho, Ana Carita e Helena Neves.

A sessão iniciou-se com a intervenção de Helena Gonçalves, que exprimiu a sua satisfação pela presença das convidadas, acrescida, segundo disse, pelo facto de pertencerem à nossa “prata da casa”.

No momento sindical, referiu a iniciativa de 26 de novembro, comemorativa dos vinte e cinco anos do 1º Congresso de Professores Aposentados da FEN-PROF.

Na troca de livros, Leonoreta Leitão ofereceu ao Departamento a obra “25 de novembro e os media estatizados”, de Ribeiro Cardoso, que será o próximo convidado de “O meu livro quer outro livro”.

Mª José Raposo falou das obras de Elena Ferrante, com relevo para “A Amiga genial”, que considerou “sociológica e politicamente interessante”.

Entrando no tema da sessão, Helena Pato iniciou a sua intervenção agradecendo a todos os que prepararam esta sessão, ao seu editor e a todos os presentes.

Explicitou, em seguida, o significado do título do livro “A Noite mais longa de todas as Noites”, referindo-se à ditadura salazarista de 48 anos e à necessidade de preservar a memória da

Resistência desse tempo.

Referiu a sua preocupação por todos os que hoje estão “persuadidos de que o regime fascista não passou de uma dramatização fantasiosa”.

Considerou que, embora mantenham uma visão romântica do 25 de Abril, poucos, hoje, conhecem “as lutas de milhares de patriotas, que arriscaram a feroz repressão ou deram a vida”. Segundo a autora, a tarefa da Educação nas escolas é dar a conhecer essa memória da resistência.

“... a aproximação (dos alunos) a intervenientes ativos deste período humaniza a História e cria-lhes motivação para pesquisas escolares”.

A autora salientou, no entanto, que, ultimamente, os “media” e especialmente as redes sociais, começam a revelar a importância da “Memória da Resistência”.

Terminou a sua intervenção referindo-se à “importância que teve a luta que se foi travando... para que, um dia, os nossos filhos pudessem viver livremente... e bater-se pela conquista total de todos os direitos da cidadania...”

Lurdes Silva saudou Helena Pato e, com ela, todos aqueles que fundaram o Sindicato. Considerou que a escolha de Helena Pato para a direção do SPGL se deveu, também, à sua capacidade de



congregar pessoas com pensamentos diferentes.

Salientou o texto “Medos”, revelador de uma realidade presente em todos os que viveram aquela época. Referiu “Alfinetadas”, “As Simones”, “Exílio no feminino” e “De cerzideira a auxiliar de limpezas pesadas”, como exemplos da capacidade de energia e determinação de Helena Pato e ainda da alegria que, em “A Noite mais Longa”, está sempre presente no meio das lágrimas.

Lurdes Silva insistiu na necessidade de se “guardar a memória desse tempo como um tempo de medo mas também como um tempo de jovens que lutaram com entusiasmo”. Salientou ainda a qualidade da escrita de Helena Pato, que revela grande domínio da língua portuguesa, apresentando, aqui e ali, “pérolas literárias que despertam em nós emoção e sentido do Belo”.

Adelaide Carvalho salientou o trabalho de Helena Pato na divulgação, na NET, de biografias de antifascistas. Referiu o medo como dominante das vivências daquele tempo em que a pobreza, a subserviência, a beatice e o preconceito eram os eixos que coordenavam a sociedade.

Ana Carita considerou que a obra em análise é “um testemunho de um tempo e um testemunho de uma vida”. Citou Maria Teresa Horta para dizer que a escrita de Helena Pato é “luminosa”. O estilo caracteriza-se pela “simplicidade e um humor brincalhão como se o que ali se relata não fosse heroico”. As his-



tórias refletem a repressão, a censura e a tortura que destruíram a vida de muitas pessoas. Perpassa, contudo, a ideia de que “não obstante o terror, não há rendição”.

Há um testemunho das modas e normas do tempo e muito da autora se revela “numa boa dose de ilusão sobre a vida e a sua grande convicção na capacidade de mudar o mundo”. Cedo chegou à cidadania e nela tem permanecido toda a sua vida.

Helena Neves salientou o modo como Helena Pato transmite a realidade de uma época em que a felicidade era envolvida pelo medo e a coragem nascia também da cumplicidade feminina. Referiu a sua convicção de que esta será a primeira de muitas obras que Helena Pato terá de escrever, para que sejam conhecidas as marcas que as ditaduras deixam nas vidas das pessoas. Segundo disse, este livro é um relato de “uma vivência pessoal que reproduz a vivência de muitos de nós”.

A sessão foi muito aplaudida e seguida do habitual lanche “comunitário”, momento de convívio, alimentado por mimos que, voluntariamente, são trazidos por alguns colegas.■

Educação, culturas e cidadania das crianças

A Universidade de Aveiro/ Departamento de Educação e Psicologia, em parceria com a Universidade do Minho e a Universidade de Alagoas (Brasil), está a organizar o IV Seminário Luso Afro-Brasileiro de Educação de Infância (IV SLBEI) e o I Congresso Luso Afro-Brasileiro Infâncias e Educação (I CLABIE), que decorrerão na Universidade de Aveiro, nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2018. (<https://www.slbei.com/ivslbei-iclabe>).

A grande finalidade deste evento é permitir reunir, durante aqueles três dias, académicos, investigadores, estudantes e profissionais dos 7 países (Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) para debaterem questões educacionais, a nível nacional e internacional, relacionadas com as crianças e as suas famílias e comunidades e também com as políticas, os serviços e as instituições de educação e apoio à infância. ■

O Trabalho na Era das Alterações Climáticas

Dia 24 de novembro, na Escola Secundária Camões, realiza-se uma conferência em torno da temática trabalho e clima. Organizada pela campanha Empregos para o Clima, a Conferência insere-se nos IV Encontros Internacionais Ecosocialistas e nela serão debatidos exemplos concretos de alianças e estratégias de convergência entre sindicatos e grupos ambientalistas. A entrada é livre, mas é necessária inscrição prévia online. Para mais informações e inscrições: www.alterecosoc.org / www.empregos-clima.pt ■

Legislação

I Série

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 129/2018 de 04/10**

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios decorrentes da celebração de contratos-programa no âmbito do ensino profissional para o ciclo de formação 2018-2021

• **Decreto-Lei n.º 77/2018 de 12/10**

Altera o Estatuto da Aposentação, permitindo o acesso à aposentação antecipada por ex-subscritor

• **Decreto-Lei n.º 82/2018 de 16/10**

Altera a regulamentação aplicável ao regime público de capitalização, destinada à atribuição de um complemento de pensão ou de aposentação por velhice

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2018 de 16/10**

Autoriza a realização da despesa relativa às atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo de 2018/2019

• **Portaria n.º 289/2018 25/10**

Portaria de extensão do contrato coletivo e suas alterações entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS e a FEPCES - Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros

II Série

• **Declaração de Retificação n.º 670-A/2018 de 14/09**

Procede à retificação do Despacho n.º 7424/2018, de 6 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 150, de 6 de agosto de 2018

• **Despacho n.º 9289/2018 de 03/10**

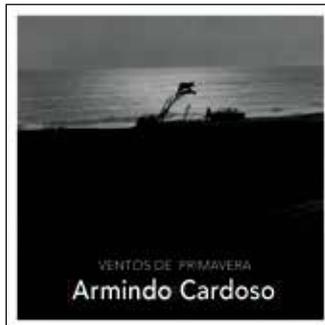
Apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático, no ano letivo 2018/2019

• **Despacho n.º 9726/2018 de 17/10**

Cria uma equipa de coordenação nacional, coadjuvada por uma equipa técnica e por equipas regionais, com a missão de acompanhar, monitorizar e avaliar a aplicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, bem como do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, definindo ainda o âmbito territorial de intervenção das equipas regionais



ESPAÇO António Borges Coelho (Galeria SPGL)



● Ainda pode admirar as **excepcionais fotografias de Armindo Cardoso**. Sobre o povo português, os seus trabalhos, as suas lutas, mas também sobre o povo chileno, incluindo a denúncia do crime do golpe fascista contra o governo de Salvador Allende.

● **14 de novembro, 15,30h - O meu livro quer outro livro**

Apresentação do livro **"O 25 de novembro e os media estatizados"** de A. Ribeiro Cardoso. Com a presença do autor.

Ribeiro Cardoso é um jornalista sobejamente conhecido com trabalho em vários jornais e também para a RTP. Nesta obra, R. Cardoso debruça-se sobre uma das consequências do 25 de novembro de 1975: o despedimento de 152 profissionais da comunicação social, que os tribunais declararam posteriormente ilegal. Mas também sobre o golpe do 25 de novembro, sobre o qual, diz R. Cardoso, "a memória coletiva tem pouco a ver com o que se passou na realidade".

● **22 de novembro, 18,30h - Inauguração da exposição de pintura de Rogério Araújo**

Rogério Araújo nasceu em 1947. Foi desenhador litógrafo na Esc. António Arroio, ilustrador e diretor de Arte em publicidade. Atualmente é pintor e escultor, com numerosas exposições individuais e coletivas. Agora no Espaço ABC.

● **5 de dezembro, 15,30h – O meu livro quer outro livro**

Apresentação do livro **"À luz da flor da Amendoeira"** de Carlos Castilho Pais. Com a presença do autor.

Carlos Castilho Pais é professor na Universidade Aberta. Especialista em questões de tradução e da língua portuguesa, temas sobre os quais tem várias obras publicadas. Com esta obra lança-se, também, na poesia.■

Sobre a “Proposta para relevância do tempo na recomposição da carreira docente”, apresentada pelo ME

Como é do conhecimento de todos, o Ministério da Educação desencadeou uma guerra aberta com o pessoal docente ao decidir não contar integralmente o tempo de serviço pelo mesmo prestado durante o período de congelamento das carreiras. É nosso entendimento que tal posição contraria claramente a Lei e a Constituição da República.

Na verdade, o **artigo 18º** da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro (que aprova a Lei do Orçamento para 2018), sob a epígrafe “Valorizações Remuneratórias”, e aplicável ao pessoal das carreiras gerais da A.P., determina, no seu ponto 6, que “Nas alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório a efetuar após a entrada em vigor da presente lei, quando o trabalhador tenha acumulado até 31 de dezembro de 2017 mais do que os pontos legalmente exigidos para aquele efeito, os pontos em excesso relevam para efeitos de futura alteração do seu posicionamento remuneratório”.

Por sua vez, o **artigo 19º** da mesma Lei do Orçamento, cujos destinatários são os trabalhadores das carreiras, cargos ou categorias integradas em cargos especiais (onde se inclui o pessoal docente), determina que “... a expressão remuneratória **do tempo de serviço** nas carreiras, cargos ou categorias integradas em cargos especiais, em que a progressão e mudança de posição remuneratória dependem do decurso de determinado período de prestação de serviço, legalmente estabelecido para o efeito, é considerada em processo negocial com vista a definir o **prazo** e o **modo** para a sua concretização, tendo-se em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis” (bold nosso).

Ora, do primeiro dos referidos preceitos legais resulta que, para efeitos de alteração do posicionamento remuneratório dos seus destinatários (a ocorrer após 01/01/2018), são contabilizados todos os pontos que os mesmos tenham acumulado durante o período do congelamento. Por esse motivo, parece-nos ser de concluir que aos mesmos também é contabilizado integralmente todo o tempo de serviço prestado no período em que ocorreu o congelamento.

Contudo, também entendemos que, de acordo com as regras básicas da interpretação normativa (artº 9º do Código Civil), é de concluir que do citado artigo 19º da Lei do Orçamento, (aplicável, como se referiu, ao pessoal docente) resulta que, ao utilizar a expressão “o tempo de

serviço”, o legislador pretendeu dizer que aquele é **integralmente contado** ao pessoal docente e que **apenas** a expressão remuneratória desse mesmo tempo deve ser objeto de processo negocial, com vista definir o **prazo** e o **modo** da respetiva concretização.

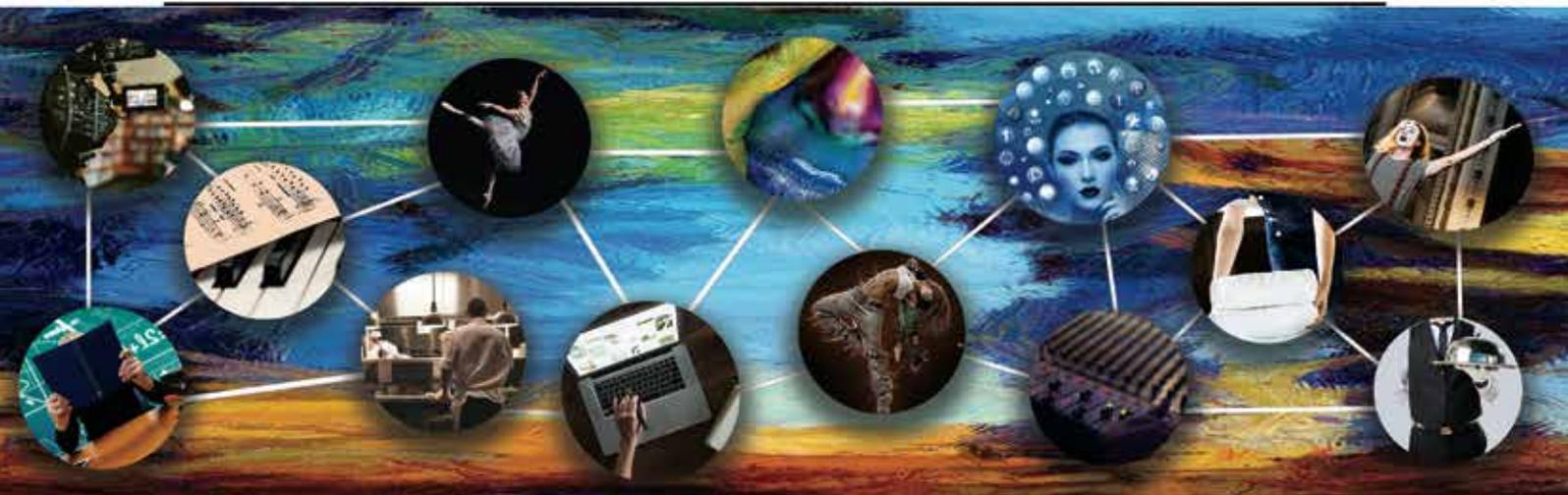
Para além de ser a que no nosso entendimento resulta do texto legal, esta interpretação também é a que mais se coaduna, não só com a apreciação parlamentar e debate público que a antecederam, como também a que melhor assegura o cumprimento do princípio da igualdade consagrado no artigo 13º da Constituição (princípio estruturante do sistema constitucional inerente ao conceito de Estado de Direito Democrático), do qual decorre a igualdade dos cidadãos perante a lei proibindo o arbítrio e as discriminações.

Na verdade, a proposta do ME não só não considera todo o tempo de serviço que foi objeto de congelamento (não é feita qualquer referência ao período compreendido entre 28/08/2005 e 31/12/2007), como também assenta num módulo padrão de progressão complementar distinto, no conteúdo e na forma, daquele que é aplicável ao pessoal docente. Para o efeito, a dita Proposta utiliza uma fórmula totalmente desajustada, da qual resulta uma equiparação artificial de um alegado módulo padrão de progressão de 10 anos a um módulo de 4 anos (o dos docentes), convertendo em apenas 2 anos, 9 meses e 18 dias o período de congelamento ocorrido entre 01/01/2011 e 31/12/2017. Em suma, para além de não considerar o período compreendido entre 29/08/2005 e 31/12/2007 (o que não sucede com os restantes trabalhadores da Administração Pública), a fórmula em questão não tem em conta as especificidades da carreira do pessoal docente, contrariando a própria lógica da Lei do Orçamento. Outra das manifestações da desigualdade de tratamento entre os trabalhadores das carreiras gerais da Administração Pública e o pessoal docente é que, enquanto no primeiro caso a recuperação do tempo de serviço “congelado” teve efeitos imediatos a 01/01/2018, no segundo caso os efeitos dessa recuperação só ocorrerão entre 2019 e 2023 e de forma faseada.

Perante este posicionamento ilegal do Ministério da Educação entendeu o SPGL e cada um dos restantes Sindicatos que integram a FENPROF reagir judicialmente através da interposição de ações em representação coletiva dos respetivos associados. ■

ENCONTRO NACIONAL

ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO



17 NOVEMBRO

2018

AUDITÓRIO DA FACULDADE
DE PSICOLOGIA DO PORTO

| R. Alfredo Allen, 4200-135 Porto |

DIGNIFICAÇÃO DA FUNÇÃO DOCENTE NO EPC, EAE E EP

[ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO] [ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO] [ENSINO PROFISSIONAL]

10H00 – Abertura dos trabalhos

Manuela Mendonça [Coordenadora do SPN]

10H30 – Contratação coletiva:

Caducidade das convenções coletivas
e seus efeitos nos contratos individuais
de trabalho

Prof. Dr. Jorge Leite

[Faculdade de Direito da Universidade Coimbra]

Ausência de convenção coletiva
nas relações laborais.

Consequências sociais para os docentes
Dr. Manuel Carvalho da Silva

[Sociólogo/Investigador na Universidade de Coimbra]

11H30 – Debate

12H30 – Intervalo para almoço

14H30 – O interesse público da função docente
no EPC:

Perspetivas políticas para a sua
concretização. Dignificação da profissão
docente no setor

Grupos Parlamentares

16H00 – Debate

17H00 – Encerramento

Mário Nogueira

[Secretário-Geral da FENPROF]

PROGRAMA

www.fenprof.pt



FENPROF

NOTA: Inscrições até 15 de novembro através da página da FENPROF e dos seus sindicatos